

agenda

Sete medidas provisórias trancam a pauta do Plenário

página 2

anistia

Dívida tributária poderá ser parcelada em até 180 meses

página 3

mercosul

Em 2014, Brasil deve eleger 75 membros para o Parlasul

página 11

1º de maio

Senadores deixam palavra de esperança no Dia do Trabalho

página 7

e mais...

projetos aprovados	4
ambiente legal	6
agora é lei	10
resenha	14
voz do leitor	15
frases	15
pergunte ao senador	15



É preciso estar atento e calmo, dizem senadores

Senadores e médicos, Tião Viana, Papaléo Paes e Rosalba Ciarlini concordam que é sério o risco de epidemia global da chamada

gripe suína. Por isso, dizem eles, o assunto merece a atenção dos brasileiros, que, ao mesmo tempo, devem manter a tranquilidade.

páginas 8 e 9



SARHUELLA/FELICKR

Policiais mexicanos protegidos por máscara para evitar contaminação: medidas preventivas estão sendo adotadas em escala global



J. FREITAS

Valter Pereira (segundo à direita) preside debate sobre alcance do Código Florestal

Meio ambiente e agronegócio: solução ainda longe do consenso

página 5

cidadania

Como reconhecer (e por que tratar) a hipocondria

Preocupação exagerada da pessoa com o estado de saúde, a hipocondria é conhecida desde o século 4 a.C. O problema pode interferir no dia a dia, causando angústia e depressão. O teste chamado de Índice de Whiteley é aceito mundialmente para formulação do diagnóstico.

página 16

agenda

Senado precisa votar sete MPs para liberar a pauta

Uma das matérias que aguardam votação é a medida provisória que autoriza a União a emprestar R\$ 100 bilhões ao BNDES para projetos de longo prazo

A pauta do Plenário do Senado esta semana inclui sete medidas provisórias (MPs), seis delas na forma de projetos de lei de conversão (PLVs), que trancam a ordem do dia e têm, portanto, prioridade na votação. Essas medidas provisórias estão bloqueando a pauta porque foram publicadas há mais de 45 dias.

Encontra-se em primeiro lugar na fila para votação o PLV 3/09 (da MP 450/08), que instituiu o Fundo de Garantia a Empreendimentos de Energia Elétrica, cujo objetivo é dar garantia a bancos para a construção de usinas hidrelétricas e de linhas de transmissão de energia, desde que sejam parte do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

O PLV 4/09 é originário da MP 451/08, que corrigiu em 4,5% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, ao mesmo tempo em que criou duas novas alíquotas. A tabela que vigorou até o ano passado tinha apenas duas faixas (15% e 27,5%). Agora, são quatro faixas (7,5%, 15%, 22,5% e 27,5%). A mudança implicou uma renúncia fiscal de aproximadamente R\$ 5 bilhões este ano. O relator da matéria é o senador Marconi Perillo (PSDB-GO).

Na sequência, deve ser apreciado o PLV 5/09 (MP 452/08), que autoriza o Tesouro Nacional a emitir R\$ 14,2 bilhões para compor o Fundo Soberano do Brasil. O fundo foi criado no ano



Marconi é relator do projeto de lei de conversão da MP que corrigiu em 4,5% a tabela do Imposto de Renda Pessoa Física, além de criar mais duas alíquotas

passado, mas o Congresso não aprovou o crédito suplementar para viabilizá-lo.

O quarto projeto da ordem do dia é o PLV 6/09 (MP 453/09), que autoriza a União a emprestar R\$ 100 bilhões ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para aumentar a capacidade da instituição de financiar projetos de longo prazo. O empréstimo será viabilizado principalmente pela emissão de papéis da dívida pública no mercado.

Outro projeto na pauta é o PLV 7/09. Oriunda da MP 454/09, a matéria autoriza a transferência de terras da União para o estado de Roraima e flexibiliza as restrições a que está sujeito o estado no uso dessas terras. A Lei 10.304/01 já havia autorizado a transferência, mas a operação

não pôde ser finalizada porque faltava o detalhamento das áreas que permaneceriam com a União.

O PLV 8/09 resultou das modificações aprovadas pela Câmara à MP 455/09 e inclui os alunos do ensino médio e da educação infantil no programa de transporte escolar, e os do ensino médio no programa federal de merenda. A MP permite o repasse direto de recursos às escolas por 180 dias se as transferências a estados ou municípios forem suspensas devido a irregularidades.

Já a MP 456/09 aumentou, em 1º de fevereiro, o salário mínimo, cujo valor passou de R\$ 415 para R\$ 465. A pauta inclui mais 20 projetos e propostas de emenda à Constituição (PECs). O exame deles, entretanto, depende da liberação da ordem do dia.

Projeto reserva 3% dos cargos públicos para deficientes

Pelo menos 3% do total de cargos e empregos públicos do país devem ser reservados às pessoas com deficiência. A regra está prevista em projeto de José Sarney (PMDB-AP), que deve ser votado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na quarta-feira.

A proposta (PLS 112/06) refere-se a todos os níveis de governo, tanto para órgãos da administração direta como para as empresas públicas. Atualmente, um decreto federal apenas define um percentual mínimo de vagas (5%) em concursos públicos que deve ser destinado a pessoas com deficiência.

Focalizada nos campos do trabalho, educação e acessibilidade, a matéria foi relatada por Lúcia Vânia (PSDB-GO), cujo parecer é favorável à aprovação.

Pelo texto, os órgãos públicos devem fazer programações para que a cota mínima de 3% seja alcançada no prazo de dez anos a partir da edição da lei. As pessoas com deficiência são cerca de 10% da população do país.

Sarney afirma que a lei que trata da política de integração das pessoas com deficiência – Lei 7.853/99 – é uma das mais avançadas do mundo. “Mas esse

avanço, infelizmente, ainda não chegou à realidade cotidiana”, ressalva. O senador entende que as modificações necessárias para isso devem ser feitas no corpo da lei já existente, apesar de que tramita, na Câmara dos Deputados, projeto que se destina a criar o Estatuto da Pessoa com Deficiência, apresentado por Paulo Paim (PT-RS).

Projeto segue para mais duas comissões

Da CCJ, o projeto seguirá para análise na Comissão de Assuntos Sociais (CAS). Em seguida, irá para a Comissão de Direitos Humanos (CDH), para receber decisão terminativa.



Paulo Paim apresentou a proposta do Estatuto da Pessoa com Deficiência quando era deputado federal

Comissão de Educação fará seminário sobre pirataria

Em parceria com o Comitê de Propriedade Intelectual da Câmara de Comércio Americana do Rio de Janeiro, a Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) realizará seminário sobre tributação e prática de pirataria no Brasil.

A CE aprovou ainda a realização de três audiências: uma vai debater a proposta de alteração

da Lei Rouanet (Lei 8.313/91), de incentivo à cultura. Outra será em conjunto com a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), sobre a proposta que trata da nacionalização da educação básica (PEC 74/05). A terceira será sobre o projeto que visa assegurar aulas presenciais e periódicas em cursos de educação a distância (PLS 118/04).

comissões

Terça-feira

9h – ASSUNTOS SOCIAIS

Comerciários – A Subcomissão Permanente em Defesa do Emprego e Previdência Social realiza audiência pública sobre projeto que regulamenta a profissão de comerciário. Foram convidados o senador e presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do DF (Fecomércio), Adelmir Santana; o presidente da União Geral dos Trabalhadores, Ricardo Patah; o coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores, José Augusto; o presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores, Antônio Alves Almeida; e o representante da Força Sindical, Luiz Carlos Motta.

9h30 – AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA

Gripe suína – Audiência pública sobre a situação da suinocultura no Brasil. Foram convidados o presidente da Cooperativa Central Oeste Catarinense,

Mário Lanznaster; o vice-presidente da Secretaria da Federação da Agricultura e Pecuária de Santa Catarina, Enori Barbieri; e o presidente-executivo da Associação Brasileira da Indústria Produtora e Exportadora de Carne Suína, Pedro Camargo Neto.

10h – CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Processo Penal – Debate sobre o anteprojeto apresentado pela comissão de juristas responsável pela reforma do Código de Processo Penal.

10h – ASSUNTOS ECONÔMICOS e ACOMPANHAMENTO DA CRISE

Empresas – As duas comissões realizam audiência pública para ouvir representantes da indústria sobre a crise financeira e saber como os empresários estão enfrentando a escassez de crédito e a queda nas vendas e nas exportações. Confirmaram presença os presidentes das federações das indústrias dos estados de São Paulo, Paulo Skaf; do Ceará, Roberto Proença de Macedo; e do Rio

Grande do Sul, Paulo Fernandes Trigue.

10h30 – MEIO AMBIENTE

Água – Apresentação do relatório final da Subcomissão Temporária para Participar e Acompanhar as Atividades do Fórum das Águas das Américas e do Fórum Mundial da Água.

11h – MEIO AMBIENTE

Fundo – A comissão debate a MP 452/09, que, entre outros assuntos, trata da criação do Fundo Soberano e de ações desenvolvidas pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit). Foram convidados o presidente do Ibama, Roberto Messias Franco, e do Dnit, Luiz Antonio Pagot.

Quarta-feira

8h30 – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

E-mail – Entre os 44 itens da pauta, 39 referem-se a projetos de decreto legislativo que autorizam o funcionamento de emissoras de rádio e TV.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão deliberativa

Pauta trancada – Antes de qualquer outra matéria, senadores devem votar seis projetos de lei de conversão (PLVs 3 a 8, provenientes das medidas provisórias 450 a 455), além da MP 456/09, que aumentou de R\$ 415 para R\$ 465 o salário mínimo, a partir de 1º de fevereiro de 2009.

Quarta-feira

14h – Sessão deliberativa

Homenagem – Antes da ordem do dia, na hora do expediente, os senadores comemoram o primeiro ano da abertura do mercado de resseguros no Brasil.

Quinta-feira

14h – Sessão deliberativa

Sexta-feira

14h – Sessão não deliberativa

Consta ainda da pauta projeto que determina a aceitação de e-mail como prova documental.

9h30 – DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO

Overbooking – Debate sobre a prá-

tica das empresas aéreas de emitir mais bilhetes do que as cadeiras disponíveis nas aeronaves. Foram convidados Solange Paiva Vieira, da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), e Jorge Godinho Barreto Nery, da Secretaria de Aviação Civil do Ministério da Defesa.

plenário

STF pede pressa para projetos que desafogam o Judiciário

Os projetos que tramitam no Senado para ajudar a desafogar o Judiciário brasileiro foram assunto de encontro na quinta-feira entre o presidente do Senado, José Sarney, e o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Gilmar Mendes.

O ministro solicitou não apenas pressa na votação dessas matérias, mas a indicação dos dois nomes que o Senado designará para integrar o comitê gestor do pacto, que já começa a trabalhar na próxima semana.

– São vários os projetos, entre eles um para uma nova lei de mandado de segurança. Há também um aprovado na Câmara que permite ao STF convocar juízes auxiliares para que eles dinamizem os processos decorrentes de prerrogativa de foro. Pedi ao presidente Sarney que desse prioridade a esse projeto também no Senado – afirmou o ministro, antes de deixar o prédio do Congresso.

Depois do encontro, Gilmar teve que comentar o desentendimento que teve, no plenário daquela corte, com o ministro Joaquim Barbosa.

– Isso está devidamente disciplinado, regularizado, não acredito que haja outras consequências.

O presidente do STF assegurou que “o Judiciário é transparente”, pois o tribunal e as demais cortes têm colocado todos os dados relativos a seus gastos à disposição da imprensa e da opinião pública.

Sobre a CPI das Escutas Telefônicas Clandestinas, que encerra agora seus trabalhos na Câmara, Gilmar Mendes disse aos repórteres que essa comissão de inquérito, haja ou não indiciamento de acusados, prestou grande serviço ao Brasil.

– Iluminou esse quadro de abuso que vinha sendo perpetrado, desenvolvido, de forma sistemática.



Presidente do STF, Gilmar Mendes (E) encontrou-se com José Sarney para discutir a tramitação mais rápida das propostas do 2º Pacto Republicano

Tarso Genro também traz prioridades do governo para votação do pacto

Em busca de prioridade para os projetos do 2º Pacto Republicano, firmado no início deste mês pelo Legislativo, Executivo e Judiciário, o ministro da Justiça, Tarso Genro, também se reuniu com José Sarney para apontar ao presidente do Senado as prioridades do Executivo.

O ministro tem pressa na votação de projetos que disciplinam as interceptações telefônicas, modernizam a Lei da Ação Civil Pública e aperfeiçoam o Programa de Proteção à Vítima e à Testemunha.

O texto que muda a Lei de Ação Civil Pública busca evitar a repetição indiscriminada de demandas individuais com o mesmo objetivo. O propósito é que haja uma única ação sobre determinada questão, em vez de milhares de processos idênticos, como ocorre atualmente.

A atualização dessa lei prevê que o Ministério Público deixará de ser a única instituição a propor ação civil pública. A Defensoria Pública, a Ordem dos Advogados do Brasil e até

mesmo os partidos políticos poderão atuar na defesa de direitos coletivos.

Hoje, as ações que atinjam várias regiões do Brasil são julgadas em diversos tribunais, podendo ter decisões diferentes. A nova regra, se aprovada, impedirá que isso aconteça, pois prevalecerá a primeira ação ajuizada.

Na mesma reunião, Tarso Genro pediu a Sarney que o Senado apresente dois nomes para integrar o Comitê Gestor do Pacto Republicano, que, junto com nomes indicados pelo Executivo e pelo Judiciário, começarão a trabalhar na primeira semana de maio em torno dessas propostas.

Outro assunto tratado entre Genro e Sarney foi a reforma política. O ministro mencionou proposta do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) de encaminhar dois temas fundamentais da reforma política para tentar votá-los ainda este ano. São eles: a votação em listas e o financiamento público das campanhas.



Senadores conferem, no placar eletrônico, o resultado da votação da medida provisória aprovada na quarta-feira

Senado aprova MP que parcela dívidas federais

Pessoas físicas e empresas se beneficiam das novas condições oferecidas pelo governo para renegociar débitos vencidos até novembro de 2008

O Senado aprovou as novas regras de parcelamento de débitos de tributos federais. A Medida Provisória 499/08, transformada no Projeto de Lei de Conversão 2/08, estabelece prazos de até 180 meses (15 anos) para pagamento de dívidas não quitadas.

Poderão ser repactuadas as dívidas – de pessoas físicas e jurídicas – vencidas até 30 de no-

vembro de 2008, mesmo que em fase de execução fiscal já ajuizadas. Os valores dos débitos serão corrigidos pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), que hoje é da ordem de 6,25% ao ano, em substituição à taxa Selic, que está em 11,25% ao ano. O prazo para adesão, previsto na MP, já venceu no fim de março.

O projeto aprovado estabelece que poderão ser pagos os débitos

com a Receita Federal e com a Procuradoria Geral da Fazenda, inclusive o saldo remanescente dos débitos consolidados no Programa de Recuperação Fiscal (Refis) de 2000; no Parcelamento Especial (Paes) de 2003; no Parcelamento Excepcional (Paex) de 2006; e, ainda, os débitos do aproveitamento indevido de créditos do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI).

Modalidades de parcelamento	Redução			
	nas multas de mora e de ofício ¹	nas multas isoladas ²	nos juros de mora	sobre o valor do encargo legal
à vista	100%	40%	45%	100%
até 30 meses	90%	35%	40%	100%
até 60 meses	80%	30%	35%	100%
até 120 meses	70%	30%	35%	100%
até 180 meses	60%	20%	25%	100%

¹ cobradas como punição da Receita ao contribuinte pelo não pagamento de impostos e taxas.

² cobradas pela Receita como punição por atraso no pagamento.

Solução rápida de controvérsias tributárias

O Brasil deverá ser o primeiro país a adotar de forma sistematizada mecanismos para a solução rápida de controvérsias tributárias. Nos outros países, “foram iniciativas autônomas e sucessivas”, explica o professor de Direito Tributário da Universidade de São Paulo (USP) Heleno Taveira Torres. Para tanto, três projetos foram enviados ao Congresso no âmbito do 2º Pacto Republicano e serão tratados com prioridade pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara.

Inspirado na experiência da Itália, que conseguiu, segundo Torres, reduzir os processos tributários, tanto os administrativos quanto os judiciais, da ordem de 2,5 milhões, em 1993, para apenas 500 mil em 2005, o modelo brasileiro surge não só para descongestionar o Judiciário e apressar a cobrança dos créditos fiscais, como também para melhorar a relação do contribuinte com o fisco.

Um dos projetos, o PL 5.082/09, institui a Câmara Geral de Transação e Conciliação da Fazenda Nacional, considerada uma das propostas mais polêmicas encaminhadas pelo governo. A ideia, conforme o procurador da Fazenda Nacional Rodrigo Mello, que participou do grupo formulador das propostas, é criar uma esfera para a solução de controvérsias na área tributária

semelhante ao sistema de arbitragem para as áreas civil e comercial ou às juntas de conciliação existentes no Judiciário. “Abre oportunidade para que os bons contribuintes possam acertar suas pendências de maneira rápida e ajustada a suas particularidades”, diz Mello.

A legislação atual, continua o procurador, não oferece alternativas para os empresários que foram afetados pela crise e que, apesar de cumprirem seus compromissos, deixaram de recolher seus tributos.

– Eles têm o mesmo tratamento dado a quem agiu de má-fé ou tentou fraudar o fisco – explica Mello.

As transações de valores superiores a R\$ 1 milhão dependerão de autorização do procurador-geral da Fazenda Nacional e do ministro da Fazenda, para quantias acima de R\$ 10 milhões.

Resultado de mais de dois anos de estudo, o governo enviou ainda projeto que altera a lei de execução fiscal (PL 5.080/09), com normas aplicáveis às fazendas públicas das três esferas de governo. Entre as várias providências, ele integra a fase administrativa da cobrança do crédito tributário com a subsequente fase judicial, deixando a cargo do Judiciário as demandas sem solução extrajudicial que contem com patrimônio para execução forçada.

decisões



J. FREITAS

Garibaldi Alves (E) afirma que relatório precisa servir de referência para grandes debates no Senado

Plenário vai analisar marcos regulatórios

Subcomissão consolidou propostas legislativas para 14 setores de infraestrutura. Objetivo é atrair investimentos e aumentar eficiência

O relatório final da Subcomissão dos Marcos Regulatórios foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e segue agora para o Plenário. O texto condensa 15 relatórios parciais – cujas recomendações buscam incentivar a atração de investimentos e a eficiência econômica em cada um dos setores estudados – e apresenta propostas legislativas para 14 setores de infraestrutura. Segundo o relator, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), presidente da CAE, o relatório “precisa servir de referência para grandes debates no Senado”.

Instalada em 17 de abril de 2007 e presidida por Delcídio Amaral (PT-MS), a subcomissão temporária promoveu 16 reuniões e ouviu mais de 50 especialistas dos setores público e privado. Questões de ordem tributária, por exemplo, aparecem entre as medidas propostas em diversas áreas, como na de energia elétrica, na qual se recomenda aos legisladores que tentem evitar o aumento da carga tributária por uma eventual unificação de tributos. O único marco regulatório em vigor considerado suficiente foi o do setor de saneamento básico. O relatório final recomenda

ao Poder Executivo, entretanto, a regulamentação por decreto da Lei do Saneamento.

Entre as recomendações para a aviação civil, é possível destacar a sugestão de retirada de funções alheias à regulação e à fiscalização da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), outorgando-lhe plena competência, inclusive, no controle de tráfego aéreo.

O tópico específico sobre agências reguladoras traz a proposta de adoção de uma lei geral das agências, defendendo a aprovação, com emendas, do PL 3.337/04, em tramitação na Câmara dos Deputados.

Isenção fiscal para aparelhos de radioamadorismo

A compra de aparelhos específicos para radioamadorismo, quando importados ou adquiridos por radioamador habilitado e participante da Rede Nacional de Emergência de Radioamadores, poderá contar com isenção dos impostos de Importação e sobre Produtos Industrializados. O benefício será concedido uma única vez, a cada cinco anos, e é estabelecido em projeto (PLS 249/03) de Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) aprovado pela CAE, em decisão terminativa.

O relator, Delcídio Amaral

(PT-MS), alterou o texto para determinar a revogação da isenção, com a consequente cobrança dos impostos dispensados, de multa e acréscimos moratórios, se, cinco anos após a conquista do benefício, o radioamador deixar de preencher os requisitos para sua concessão ou transferir o equipamento a terceiros sem prévia autorização da autoridade competente.

O relator considerou “pequeno” o impacto financeiro da isenção dos dois impostos sobre os cofres públicos e clas-

sificou como “extraordinário” o trabalho realizado pelos radioamadores.

Embora o projeto cause perda na arrecadação do IPI, o líder do governo no Senado, senador Romero Jucá (PMDB-RR), também manifestou seu voto favorável.

Os senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Rosalba Ciarlini (DEM-RN), Roberto Cavalcanti (PRB-PB), Efraim Morais (DEM-PB) e Cícero Lucena (PSDB-PB) também elogiaram Garibaldi pela iniciativa.

Aposentados poderão ter isenção do IR aos 70 anos

Aposentados e pensionistas de todos os regimes previdenciários do país podem passar a contar com descontos progressivos do Imposto de Renda Pessoa Física a partir do momento em que completarem 66 anos, podendo chegar à isenção total quando atingirem 70 anos. A medida, extensiva aos militares reformados ou transferidos para a reserva remunerada, está prevista em projeto (PLS 421/07) aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e que segue agora diretamente para exame na Câmara dos Deputados.

A proposta, de Efraim Morais (DEM-PB), prevê cinco faixas de progressividade de isenção: de 20%, a partir do mês em que o contribuinte completar 66 anos; 40%, a partir de 67 anos; 60% aos 68 anos; 80% quando atingir 69 anos; e isenção total a partir dos 70 anos. O benefício só é válido até a faixa de rendimentos de R\$ 3.800.

O texto também inclui ajuste para evitar que os contribuintes beneficiados pela proposta venham a perder os descontos já previstos na legislação do Imposto de Ren-

da, incidentes sobre a faixa da renda mensal que vai até R\$ 1.434,59, neste ano, e de R\$ 1.499,15, em 2010. Desde que sejam portadores de determinadas doenças, aposentados e pensionistas acima de 65 anos, assim como militares reformados ou transferidos para a reserva, podem atualmente ficar também isentos do pagamento do IR.

A proposta mereceu elogios de todos os senadores presentes, embora alguns tivessem registrado a falta de dados para demonstrar o impacto fiscal das isenções sugeridas.



GERALDO MAGELA

Efraim Morais propõe descontos progressivos a partir dos 66 anos para quem recebe até R\$ 3,8 mil

Prioridade na tramitação de processos a pessoas com deficiência

Pessoas com deficiência poderão receber prioridade na tramitação em causas judiciais e administrativas de que sejam parte. O objetivo é preencher lacuna da legislação atual, esclarece o autor da proposta (PLS 216/04) aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) na quarta-feira, senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

“A absoluta necessidade de prioridade na esfera do Poder Judiciário evidencia-se nos exemplos concretos de ações que se prolongam ao longo dos anos, em detrimento das pessoas portadoras de deficiência, em ações relativas a acidentes de trabalho, erros médicos, demissões ilegais, acidentes de trânsito com vítima, inventários e sucessão, entre ou-

tros”, explica Alvaro Dias. O projeto será ainda examinado pela Comissão de Direitos Humanos (CDH), em decisão terminativa.

A CCJ aprovou também proposta que autoriza o Poder Executivo a criar a Universidade Federal para o Desenvolvimento do Sertão Sergipano (Unisse), com sede na cidade de Poço Redondo. A autora do projeto (PLS 256/06), Maria do Carmo Alves (DEM-SE), explica que em Poço Redondo não há nenhuma instituição de ensino superior. O relator Osmar Dias (PDT-PR) lembra que a criação da universidade está condicionada à prévia consignação de dotações no Orçamento da União. A proposição será ainda analisada pela Comissão de Educação (CE).

PEDÁGIOS

Mesmo com apoio dos senadores à ideia de obrigar concessionárias e permissionárias de serviços públicos a elaborar demonstrações financeiras nos mesmos padrões das sociedades por ações, a CAE decidiu adiar a votação do PLS 434/07, de Marcelo Crivella (PRB-RJ), para possível tramitação conjunta com projeto de Osmar Dias (PDT-PR), que foi inspirado nos problemas de cobrança de pedágios de estradas concedidas à exploração do setor privado.

AGENDA COMUM

A Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência do Congresso Nacional deverá convidar o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Jorge Armando Felix, para estabelecer uma agenda comum de trabalho. No biênio 2009-2010, a comissão será presidida pelo deputado Severiano Alves (PDT-BA), presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara.

projetos aprovados

De 20 a 24 de abril

- ➔ **PLV 2/09** – Resultante de modificações na Medida Provisória 449/08, concede anistia a débitos tributários de pessoas físicas e jurídicas no valor de até R\$ 10 mil, vencidos há pelo menos cinco anos, a contar do dia 31 de dezembro de 2007.
- ➔ **PLS 421/07** – Do senador Efraim Morais (DEM-PB), isenta

do pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física aposentados e pensionistas a partir dos 70 anos. Aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos, vai à Câmara.

- ➔ **PLS 482/07** – Do senador Raimundo Colombo (DEM-SC), estabelece o pagamento em dinheiro, no prazo máximo de

90 dias, na compra de terras destinadas à reforma agrária e que não atendam às hipóteses de desapropriação por interesse social. Aprovado pela Comissão de Agricultura (CRA), vai à Câmara.

- ➔ **Mensagem 45** – Aprovada indicação de Manoel Innocencio de Lacerda Santos Júnior para o cargo de embaixador na Indonésia.

meio ambiente

Agronegócio e preservação têm de convergir, dizem senadores

Senadores que participaram de audiência de onze comissões sobre a relação muitas vezes conflituosa entre agronegócio e conservação ambiental apresentaram uma série de sugestões para resolver o embate.

Renato Casagrande (PSB-ES) cobrou tolerância e bom senso nos debates sobre possíveis alterações no Código Florestal. Em sua opinião, o acirramento das discussões resultará em esforço inútil.

Também para Flexa Ribeiro (PSDB-PA), todos os setores envolvidos devem procurar pontos de vista em comum para um acordo quanto à mudança da legislação.

– Não vamos chegar a lugar nenhum sem buscar uma agenda convergente.

Mesmo posicionamento manifestou Eduardo Suplicy (PT-SP), para quem o objetivo comum expresso no debate é a necessidade de chegar a um

entendimento para a preservação das florestas.

Demostenes Torres (DEM-GO), por sua vez, afirmou que uma possível reformulação da legislação ambiental deve evitar a superposição de competências entre estados e União. Ele acredita que isso vai diminuir os atritos entre ambientalistas e produtores agropecuários.

Marcelo Crivella (PRB-RJ) também alertou para a necessidade de avançar na compatibilização da legislação ambiental com o agronegócio.

Já Osmar Dias (PDT-PR) disse que não é justo que se coloque toda a responsabilidade da preservação do meio ambiente nos produtores rurais.

Jayme Campos (DEM-MT) informou que irá formalizar pedido de criação de uma comissão especial destinada a estudar a reformulação do Código Florestal.

Querem preservar, mas divergem sobre forma

Especialistas discutiram em reunião conjunta de 11 comissões se a extensão das terras destinadas à preservação ambiental é adequada

O Senado realizou na quarta-feira audiência pública envolvendo as suas 11 comissões permanentes, a pedido da senadora Kátia Abreu (DEM-TO). O assunto – o alcance territorial das legislações ambiental e indigenista e suas implicações no agronegócio – dividiu as opiniões dos nove especialistas e dos senadores reunidos no Plenário, embora eles tenham concordado num ponto: o desenvolvimento não pode prescindir da preservação ambiental.

Kátia Abreu, que também é presidente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), defendeu a ideia de que a União trate apenas das normas gerais, ficando para os estados a definição de aspectos mais parti-

culares das leis ambientais.

A senadora disse que os agropecuaristas não querem promover uma devastação ambiental. Acrescentou, contudo, que se o Brasil decidir manter 70% de sua extensão territorial como reservas de proteção do meio ambiente, os que defendem essa posição terão que explicar para a sociedade o motivo da decisão.

Aloizio Mercadante (PT-SP) reconheceu o papel decisivo da agropecuária para o desenvolvimento do Brasil, mas disse que ele precisa mudar para atender às exigências do meio ambiente.

– A questão do desenvolvimento sustentado não é mais um problema de ambientalistas ou de ONGs, mas está batendo à porta de quem não quer enxergar.

Para Mercadante, o Brasil tem a

oportunidade de servir de exemplo para o restante do planeta como país que não desmatou toda sua cobertura vegetal.

Ao elogiar a pluralidade de opiniões durante os debates da audiência pública, a senadora Marina Silva (PT-AC) cobrou a mudança de atitude em relação à importância da questão ambiental. Ela sugeriu que as pessoas encarem o tema de forma integrada.

– A decisão sobre mudanças no Código Florestal não será fruto de uma cabeça iluminada, mas de ampla discussão do Congresso com a sociedade. A busca é pela resposta para uma pergunta simples: como desenvolver protegendo o meio ambiente, e como proteger a natureza desenvolvendo o país.



Kátia Abreu, entre Evaristo e Curcio, da Embrapa: estudo conclui que 71% das terras brasileiras são reservas ambientais. Para Marina (ao lado de Sarney Filho), preservação e desenvolvimento são inseparáveis

Pesquisadores defendem regras ambientais diferenciadas

O pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Evaristo Eduardo de Miranda defendeu mudanças no Código Florestal para não impor a todo o país ou grandes partes dele regras iguais para ecossistemas muito diferentes. Ele apresentou aos senadores o sistema de gestão territorial desenvolvido pela Embrapa para mapear o uso das terras no país.

De acordo com Evaristo, o estudo mostrou que cerca de 29% das terras brasileiras estão disponíveis para a agropecuária, enquanto os outros 71% integram reservas legais, ambientais e indígenas, e também as chamadas áreas de preservação permanente (APPs).

Evaristo ressaltou ainda que o sistema da Embrapa está sendo aperfeiçoado e pode ser usado para simular quaisquer resultados de propostas de mudanças na lei.

– O estudo não tem opinião, ele produz números e está à disposição de quem nos solicite para fazer cenários. O importante é avaliar bem antes de mudar a lei – disse.

Também para o pesquisador Gustavo Ribas Curcio, da Embrapa Florestas, é essencial que as leis ambientais considerem a diversidade dos terrenos. Segundo ele, solos diferentes têm potencialidades e fragilidades distintas e as leis ignoram isso ao levar em conta apenas a largura do rio para definir o tamanho da APP em torno dele. Enxurradas, erosões e desmoronamentos, por exemplo, dependem do declive, da textura e da espessura dos solos, e não da largura dos rios.

Ministério do Meio Ambiente contesta estudo da Embrapa

O representante do Ministério do Meio Ambiente, Tasso Azevedo, disse que o estudo da Embrapa superestima a reserva legal – percentual da propriedade que o agricultor deve manter intacto – em 20%, e que, somando-se as áreas de uso intensivo, onde se pode desmatar tudo, e sustentável, em que há percentuais de mata a serem preservados, o país tem 78% de áreas disponíveis para exploração econômica, e não 29%, como afirma a empresa de pesquisa.

Usando dados da própria Embrapa, Tasso assegurou que o Brasil dispõe de cerca de 300 milhões de hectares disponíveis para o agronegócio, a quarta maior área do mundo, numa proporção de 1,6 hectare por habitante, enquanto nos Estados Unidos, por exemplo, ela é de 1,3 hectare por habitante.

Tasso Azevedo pediu que se tenha uma visão de futuro na hora de promover qualquer mudança no Código Florestal. Na opinião dele, com inovação tecnológica ou uso de técnicas já disponíveis, é possível duplicar a produção agrícola diminuindo a área ocupada.

Também participaram do debate promovido pelas 11 comissões permanentes do Senado representantes do Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia (Imazon), da Frente Parlamentar da Agropecuária e do Instituto Socioambiental (ISA).

Funai: terras indígenas ajudam na proteção de florestas

O presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Márcio Meira, afirmou que as terras indígenas no Brasil, definidas na Constituição como de usufruto dos índios e propriedade da União, contribuem para a proteção ambiental de 13% do território nacional, especialmente da Amazônia.

– Se existe um país que pode produzir com sustentabilidade é o Brasil. E os índios podem contribuir pelo exemplo de respeito e de preocupação de preservar o meio ambiente que faz parte das suas culturas e costumes – ressaltou.

Para o ministro Antonio Herman Benjamin, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), caso o Congresso altere o Código Florestal, deve fazê-lo lembrando que os juízes precisam de parâmetros claros e de fácil aferição para julgar.

Outro cuidado sugerido pelo ministro foi uma “purificação temática”, visando circunscrever na lei a questão do agronegócio, evitando-se outras questões, como, por exemplo, a do ordenamento territorial urbano.

Ele propôs que ambientalistas e produtores rurais parem de focar as divergências e busquem os pontos em comum, sendo o primeiro deles a defesa do meio ambiente.

O ministro também pediu cuidado com os estudos científicos que se prestam a “interesses de grupos”, dizendo que os números podem ser distorcidos para “sedimentar teses” a favor ou contra determinada posição.

meio ambiente

MP que regulariza terras na Amazônia é urgente?

Durante quase cinco horas, especialistas e representantes do governo avaliaram proposta que pretende beneficiar 300 mil famílias na região

Os participantes da audiência pública realizada pelas comissões de Agricultura e Reforma Agrária e de Meio Ambiente discordaram sobre a urgência e relevância da Medida Provisória (MP) 458/09, que trata da regularização das ocupações de terras da União na Amazônia Legal. O objetivo do governo é reduzir conflitos e promover a inserção produtiva dos assenta-

dos, beneficiando cerca de 300 mil famílias.

A MP, principal assunto do debate de quase cinco horas reunindo especialistas de diversos setores, está em análise na Câmara e depois segue para o Senado. A iniciativa do debate foi do senador João Pedro (PT-AM).

O secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio

Ambiente, Egon Krakhecke, disse que a MP visa estruturar um novo modelo de produção agrícola que leva em conta a preservação ambiental.

Para Carlos Guedes, representante do Ministério do Desenvolvimento Agrário, o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra) não fará nessas terras assentamentos tradicionais. Ele informou que caberá ao programa Terra Legal balizar a regulamentação fundiária, dentro do princípio de "terra para viver e para preservar".

Egon Krakhecke explicou que a medida provisória dá uma nova direção para o desenvolvimento da região amazônica. Para ele, tanto o projeto do Executivo quanto o texto do relator, deputado Asdrubal Bentes (PMDB-PA), atendem aos preceitos fundamentais da questão ambiental. A ação do governo, disse Krakhecke, está organizada em torno do apoio às atividades extrativas e de sustentabilidade ambiental.

WALDEMAR BARRETO



Thelma Krug (D), do Inpe, ao lado da senadora Ideli Salvatti: países em desenvolvimento têm grande potencial de redução das emissões de carbono

Inpe pede engajamento para frear as mudanças climáticas

É fundamental conseguir um firme engajamento de todos os países no combate às mudanças climáticas, por meio da preservação das florestas e de uma drástica redução no uso de combustíveis fósseis – como o petróleo e seus derivados –, grandes responsáveis pela emissão de dióxido de carbono (CO²) para a atmosfera.

Essa foi a posição defendida por Thelma Krug, pesquisadora do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), na Comissão Mista Permanente sobre Mudanças Climáticas.

– É claro que a liderança desse processo deve ser daqueles que mais contribuirão para esse fenômeno estar acontecendo, que são os países desenvolvidos. Mas isso não significa a isenção de uma participação dos países que estão em estágio de desenvolvimento.

A especialista lembrou que os

países em desenvolvimento têm grande potencial de redução de suas emissões de dióxido de carbono, a qual poderia ser incentivada pelas nações mais ricas por meio de financiamentos, compartilhamento de tecnologia ou capacitação de pessoal.

Thelma disse ainda que algumas projeções já desenham cenários que apontam para a "savanização" de parte da Amazônia, como consequência das mudanças climáticas. Nesse cenário, a região amazônica passaria a ter um clima muito semelhante ao do semiárido brasileiro, como o que caracteriza o Nordeste.

A audiência com a pesquisadora foi a primeira de uma série que está sendo promovida pela comissão, presidida pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC). Nesta terça-feira, será a vez do ministro do Meio Ambiente, Carlos Minc.



Valter Pereira (E), Renato Casagrande e participantes da audiência pública: preocupação com as questões agrárias e também com o equilíbrio ambiental

Senadores fazem sugestões para aperfeiçoar projeto do governo

Marina Silva (PT-AC), ex-ministra do Meio Ambiente, apresentou emenda à MP 458 para limitar a regularização fundiária a propriedades até quatro módulos fiscais, o que abarcaria 90% das propriedades e representaria apenas 10% das terras.

Já Gilberto Goellner (DEM-MT) defendeu a criação de uma autarquia para promover a regularização fundiária em todo o país. Ele afirmou que o Incra, encarregado dessa tarefa, é "um órgão ineficiente que nada faz, especialmente nas terras sensíveis de zonas de fronteira".

Para Kátia Abreu (DEM-TO), o zoneamento econômico-ecológico que vem sendo feito na Amazônia é um instrumento importante para balizar a regularização. Ela observou, no entanto, que essa atividade não poderá ser feito pelo Incra, "que não tem competência nem quadros para realizar esse trabalho".

Jayme Campos (DEM-MT) ressaltou que o problema maior da região amazônica é a regularização fundiária e que é preciso dar o título de propriedade para aqueles que têm terras trabalhadas, dando garantias a esses produtores.

Para ONGs, medida não resolve conflitos e estimula degradação

A MP 458/09 não vai resolver os conflitos e poderá estimular a degradação ambiental na região amazônica, segundo representantes da sociedade civil e do meio acadêmico que participaram da audiência pública. O representante do Greenpeace, Sérgio Leitão, disse que as medidas não diferem do que o governo militar fez na década de 1970. Para ele, a MP vai agravar os conflitos agrários por beneficiar grandes latifundiários, que exigem estabilidade para investir na região.

O pesquisador do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon), Paulo Barreto, criticou os subsídios que a MP concede às pessoas que querem regularizar suas terras. Ele ponderou que os problemas de desmatamento e violência na região têm sua origem nas ocupações ilegais de terras públicas.

O representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), Lázaro Dobri, pediu que a MP seja revogada e que o governo elabore projeto com sugestões dos governos estaduais e das entidades locais, para ser discutido com a sociedade e o Congresso Nacional.

ambiente legal

Otimismo na luta contra mudança climática

Estados Unidos e União Europeia mostram-se mais otimistas quanto à possibilidade de obtenção – na conferência de Copenhague, em dezembro – de um acordo global sobre as mudanças climáticas para substituir o Protocolo de Kyoto, que expira em 2012. Fórum realizado na semana passada reuniu os países responsáveis por quase 80% das emissões de gases causadores do efeito estufa em busca de um consenso.

Hillary destaca empenho do governo Obama

No fórum, promovido em Washington, a secretária de Estado norte-americana, Hillary Clinton, tentou mostrar à comunidade internacional que a política de seu país para a mudança

climática é outra. Ela garantiu que o governo Obama está decidido a recuperar o tempo perdido, envolvendo-se totalmente na luta contra o aquecimento global.

Limite para uso de combustível fóssil

O mundo tem que reduzir a quantidade de carbono jogada na atmosfera para evitar que o aquecimento na Terra suba mais de 2°C em apenas 40 anos. Dois novos estudos concluíram que, para prevenir sérias consequências, a queima total de combustíveis fósseis deve ficar abaixo de 1 trilhão de toneladas. Cerca de meio trilhão já foi consumido desde a Revolução Industrial.

Incêndios propositalmente aquecem o planeta

O eventual fim dos incêndios propositalmente das florestas tropicais, savanas e áreas agrícolas (como canaviais) pode reduzir em 19% a contribuição da Humanidade ao aquecimento global, segundo artigo publicado na revista *Science*. Esse índice surpreendeu os cientistas.

Brasil precisa avançar no controle do fogo

O registro anual via satélite das queimadas propositalmente mostra que Brasil, Malásia e Indonésia são os países que mais precisam avançar em políticas públicas para controlar o fogo deliberado. "É a forma mais barata e mais rápida para controlar o aquecimento global", afirma o físico da Universidade de São Paulo (USP) Paulo Artaxo.

debates

Roberto Cavalcanti defende investimentos em educação

O senador Roberto Cavalcanti (PRB-PB) defendeu a aprovação de projeto de lei do Executivo (PL 1.746/07), em tramitação na Câmara dos Deputados, que cria cargos na carreira do magistério de nível superior. Ele manifestou seu apoio à defesa do projeto feita pelo ministro da Educação, Fernando Haddad, em audiência pública na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), na terça-feira.

O projeto do governo cria 2,8 mil cargos de professor do magistério superior, 5 mil cargos técnicos, 180 cargos de direção e 420 funções gratificadas, todos vinculados ao Ministério da Educação, como forma de viabilizar a abertura de 300 mil novas vagas em cursos universitários no sistema federal de ensino superior.

Em pronunciamento na quinta-feira, Roberto Cavalcanti disse ser “urgente e indispensável”

uma mudança de mentalidade para que as verbas aplicadas em educação passem a ser consideradas investimentos para o presente e o futuro do país, e não um gasto comum.

– São investimentos com altíssima taxa de retorno, uma vez que habilitam o país ao futuro, lhe conferem competitividade, fornecem as ferramentas imprescindíveis para a sua inserção neste mundo cada vez mais globalizado, no qual as vantagens comparativas sofreram uma verdadeira revolução em poucas décadas – destacou o parlamentar.

Em aparte, após manifestar apoio ao discurso de Roberto Cavalcanti, Cristovam Buarque (PDT-DF) defendeu investimentos no ensino fundamental. Também em aparte, Paulo Paim (PT-RS) cumprimentou o senador da Paraíba pelo discurso em defesa da educação.

Cristovam: Enem mostra que caminho é federalizar escolas

“Não há saída para a educação brasileira a não ser a federalização das escolas públicas municipais e estaduais.” O senador Cristovam Buarque (PDT-DF) fez essa afirmação ao analisar o resultado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2008, que, segundo ele, apontou as escolas federais como as melhores do país.

Cristovam informou que, em média, a nota alcançada pelas escolas federais no Enem foi de 63,59, em um total de 100. As escolas estaduais e municipais, assinalou, teriam atingido apenas 47 pontos, contra 61 da média das particulares. O senador ponderou que o resultado não significa que os colégios federais sejam os melhores do país, mas que, na média geral, as escolas ligadas à União têm nota melhor que as privadas.

– Os estados e municípios não têm recursos para dar o salto de que a educação precisa.

Contratando 100 mil profes-



GERALDO MAGELA

Para Cristovam Buarque, estados e municípios não têm recursos para dar o salto de que a educação precisa

sos a cada ano, em 20 anos todos os 2 milhões de professores do país teriam passado por seleção federal e estariam recebendo salários equivalentes aos das escolas federais – afirmou. O senador ainda lembrou a necessidade de adoção do horário integral e de reformar e equipar todas as escolas do país para que a educação dê o salto necessário.

Senadores celebram Dia Internacional do Trabalho

Jefferson Praia fala de esperança ao trabalhador. Lúcia Vânia lembra ganhos sociais no governo FHC. E Mão Santa ressalta o crescimento do desemprego

Ao celebrar o Dia Internacional do Trabalho, comemorado em 1º de maio, Jefferson Praia (PDT-AM) disse que a economia brasileira ainda atravessa um momento de apreensão devido à crise econômico-financeira internacional. A seu ver, no entanto, as comemorações não deveriam ser reduzidas a um “canto de lamentação”. O senador considerou apropriado destinar ao trabalhador uma palavra de esperança, convicto de que as medidas do governo têm incentivado a recuperação do emprego.

Jefferson Praia citou o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, para afirmar que março foi “o mês da virada”. De acordo com Lupi, naquele mês foram criados 34 mil empregos formais.

Já Lúcia Vânia (PSDB-GO) afirmou que a recomposição da economia em bases sólidas,

iniciada no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso, foi “chave” na reestruturação do mercado de trabalho e em ganhos sociais para os trabalhadores. Ela acrescentou que o “bom senso” econômico mantido nos dois governos do presidente Lula foi fundamental para que não houvesse retrocessos na oferta de emprego e na qualidade de vida da classe trabalhadora.

Por sua vez, Mão Santa (PMDB-PI) apresentou ao Plenário números que indicam o crescimento do desemprego no país e o aumento de saques no Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

De acordo com o senador, o FGTS teve um rombo de R\$ 440 milhões em março, resultado de saques de R\$ 4,8 bilhões e depó-



GERALDO MAGELA

Jefferson Praia mostra convicção de que medidas do governo aumentarão emprego

sitos de R\$ 4,36 bilhões.

E dados do Ministério do Trabalho mostram, segundo Mão Santa, que o país está gerando poucos empregos. Em fevereiro e março foram criadas 43,9 mil vagas, após perda de 40,8 mil em novembro, 654,9 mil em dezembro e 101,7 mil em janeiro.

Paim quer exame de projetos que favorecem trabalhadores

Paulo Paim (PT-RS) analisou quinta-feira alguns projetos que considera fundamentais para a melhoria da renda e das condições de trabalho dos brasileiros. Na opinião do parlamentar, essas matérias em curso no Legislativo deveriam obter um apoio mais firme e constante das entidades sindicais.

– O dia 1º de maio merece ser celebrado não só com reflexões e festas, mas, sobretudo, com ações concretas. Creio que está na hora de o movimento sindical brasileiro colocar o bloco na rua, exigir a aprovação de projetos que tramitam aqui no Congresso Nacional e que vão na linha da ação contra o desemprego, contra as falhas na educação, contra a criminalidade. Enfim, projetos que buscam resgatar a dignidade dos trabalhadores e dos aposentados e pensionistas.

Entre esses projetos, Paulo Paim mencionou a Proposta de Emenda Constitucional 393/01, que apresentou em parceria com Inácio Arruda (PCdoB-CE), diminuindo a jornada de trabalho de 44 para 40 horas semanais, sem redução salarial.

Assistente social pode ter jornada de 30 horas

Em sua reunião na quinta-feira, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou proposta para fixar em 30 horas semanais a jornada de trabalho do assistente social. O projeto originário da Câmara segue agora para votação em Plenário e tramita em regime de urgência por sugestão da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO).

Ela lembrou que o trabalho do assistente social é ainda mais importante no momento atual, quando não apenas o Brasil, mas todo o mundo, está vulnerável ao contágio da gripe suína, já confirmada em países como México, Estados Unidos e Canadá. Em seu relatório, Lúcia Vânia argumenta que o exercício da profissão leva a uma rápida fadiga mental e emocional do assistente social em razão de atuar junto a pessoas com problemas graves.

Pelo PLC 152/08, a jornada de trabalho desses profissionais será de 30 horas semanais, mesmo quando o contrato de trabalho estabeleça jornada maior, estando vedada a redução de salário em consequência dessa diminuição da carga horária.

Senadores pedem agilidade no licenciamento ambiental para obras do PAC



J. FREITAS

Audiência na CI: especialistas e diretor do Dnit (E) pedem novas regras para o licenciamento de obras no setor de transportes

A dispensa de licença ambiental para agilizar as obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), proposta pela Medida Provisória (MP) 452/08, deve ser amplamente debatida, afirmou o vice-presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) e relator da matéria, senador Eliseu Resende (DEM-MG), durante audiência pública na quinta-feira.

Ele defendeu ainda investimentos imediatos nas estradas brasileiras, que estariam em péssimas condições.

Delcídio Amaral (PT-MS) pediu a aprovação da MP para facilitar

os licenciamentos ambientais e tornar possível a conclusão das obras do PAC.

O governo federal aplicou menos de 30% dos recursos destinados ao PAC, apontou Gilberto Goellner (DEM-MT), autor do requerimento para o debate na CI.

Ele afirmou que muitas obras estão paradas e pediu que o Ibama sugira medidas para que o licenciamento ambiental seja acelerado.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) também disse que o país está deficitário em infraestrutura viária e precisa iniciar imediata-

mente as obras do PAC.

O diretor do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), Miguel de Souza, informou que a MP 452 refere-se apenas ao licenciamento de obras no setor de transportes e que há muitas obras dependendo de novo licenciamento, o que pode atrasar ainda mais a conclusão.

A proposta também prevê a descentralização, permitindo aos estados fazer o licenciamento das obras com impacto regional. Na audiência, especialistas em transporte também pediram a aprovação da MP.

gripe suína

Senadores médicos recomendam atenção e calma

Ameaça de chegada ao Brasil da doença iniciada no México mobiliza serviços de saúde. Informação é arma importante da população

Senadores que também são médicos, Tião Viana (PT-AC), Papaléo Paes (PSDB-AP) e Rosalba Ciarlini (DEM-RN), confirmam as análises de que o risco de uma epidemia global é sério e, por isso, merece a devida atenção dos brasileiros, que, ao mesmo tempo, devem manter a tranquilidade. Eles aconselham a população a se informar bem e acompanhar as orientações das autoridades médicas e sanitárias nacionais e internacionais enquanto o surto não estiver sob controle.

Eles sugerem que todas as esferas de governo (União, estados e municípios) se integrem e preparem a infraestrutura do sistema de saúde nacional para a eventualidade de a doença chegar ao Brasil.

Para Tião Viana, que tem doutorado em Medicina Tropical pela Universidade de Brasília, o ingresso do vírus da gripe suína no Brasil é inevitável e o momento, delicado. Isso porque os sistemas de saúde pública de todo o mundo ficam fragilizados diante de uma pandemia (epidemia que envolve todo o planeta), classificada até o fechamento desta edição como de Fase 5 (numa escala até 6), segundo a Organização Mundial da Saúde (veja quadro nesta página).

Tião Viana acredita que as medidas possíveis estão sendo tomadas. Segundo ele, enquanto o Brasil tem cerca de 9 milhões de doses do oseltamivir (que traz benefícios efetivos para enfrentar o H1N1 e suas mutações), o Reino Unido, com população bem menor, tem 30 milhões.

Em comparação com a gripe es-

panhola, de 1918, a gripe asiática, de 1957, e a gripe de Hong Kong, de 1968, Tião Viana avalia que a capacidade de os países oferecerem apoio clínico aos doentes é maior hoje. Ainda assim, ele lembra que milhões de pessoas morreram em decorrência daquelas doenças (veja quadro).

– Serenidade e informação são as melhores armas – declarou.

A atenção de todos às medidas adotadas pelo Ministério da Saúde é fundamental, na opinião de Papaléo Paes, para orientar a conduta da população.

– As medidas devem servir de alerta para os brasileiros, mas sem pânico, que pode causar danos ao estado emocional das pessoas – recebeu.

Ele lamentou o fato de o presidente Lula, porém, ter anunciado que o Brasil dispõe de medicamentos contra a gripe suína. Papaléo lembra que ainda não há remédio espe-

pecífico contra essa variação do H1N1 e sugeriu confiança nos agentes públicos de saúde.

– A situação é muito preocupante, especialmente pela possibilidade de contaminação pelas vias aéreas. Por enquanto, a prevenção é o melhor caminho – explicou.

Rosalba Ciarlini sugeriu que as autoridades sanitárias não poupem esforços para “fechar” as brechas para a entrada da gripe suína no Brasil, especialmente em portos e aeroportos. A senadora reclamou do fato de que, até o meio da semana passada, o controle em aeroportos como o de Natal, que também recebe voos internacionais, não estivesse acontecendo.

Rosalba Ciarlini sugeriu que as autoridades sanitárias não poupem esforços para “fechar” as brechas para a entrada da gripe suína no Brasil, especialmente em portos e aeroportos. A senadora reclamou do fato de que, até o meio da semana passada, o controle em aeroportos como o de Natal, que também recebe voos internacionais, não estivesse acontecendo.

Ministro explicará estratégia do governo para conter doença

O ministro da Saúde, José Gomes Temporão, deverá comparecer à Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no dia 12, às 11h, para prestar esclarecimentos sobre as medidas adotadas pelo governo para prevenir a gripe suína.

– Assim se amplia mais a discussão, com a presença do ministro. Os produtores de carne suína dizem que a gripe está praticamente fechando a atividade, mesmo não sendo a carne de porco a responsável pela disseminação da doença – disse o vice-presidente da comissão, Paulo Paim (PT-RS).

O senador relatou ter recebido

informação, ainda não confirmada, de que apenas 2% dos recursos disponibilizados pelo governo para enfrentar o problema se destinariam à prevenção da doença, enquanto 98% seriam utilizados para o tratamento de suas consequências.

Flávio Arns (PT-PR) pediu a Paulo Paim que antecipe ao ministro indagações justamente sobre os valores que o governo pretende disponibilizar para o combate à pandemia. Medidas que estão sendo tomadas para atacar o problema e o entrosamento entre as instituições envolvidas também serão debatidos com os senadores.



Centenas de mexicanos usam máscaras à saída do trabalho, temendo o contágio da gripe suína: iminente pandemia também pode trazer consequências econômicas danosas para o Brasil

Em uma semana, alerta da OMS passou do nível 3 para o 5

Enquanto as fases 1 a 3 correspondem a alerta nacional, as fases 4 a 6 sinalizam a necessidade de esforços internacionais para mitigar os efeitos da epidemia.

FASE 1 – Vírus de gripe circulam entre animais, especialmente pássaros. Esses vírus podem se desenvolver em pandemias humanas, mas nessa fase não há nenhum que tenha causado infecção humana.

FASE 2 – Vírus de gripe animal causa infecção em humanos.

FASE 3 – Vírus animal causa casos esporádicos de infecção em humanos, mas ainda não há transmissão entre humanos que caracterize uma epidemia.

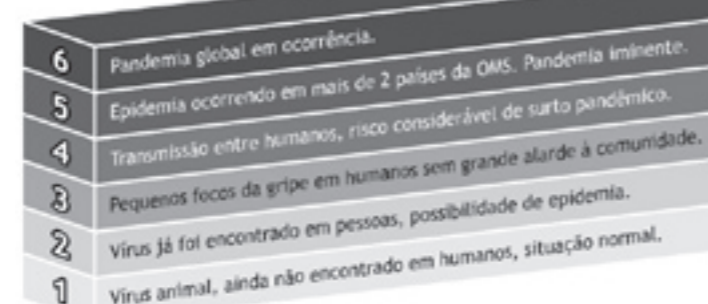
FASE 4 – Transmissão entre humanos de vírus de origem animal, capaz de causar epidemias em áreas localizadas. O fato significa uma mudança relevante no risco de

uma pandemia. A ocorrência de um surto com essas características deve ser comunicada com urgência pelo país à OMS para garantir rápida implementação de uma operação internacional de contenção da doença. Apesar disso, não significa necessariamente que uma pandemia acontecerá.

FASE 5 – Disseminação de vírus entre humanos em até dois países de uma divisão da OMS. Mesmo que a maioria dos países não tenha sido afetada nesse estágio, a chegada à Fase 5 é um forte sinal de que uma pandemia é iminente e de que o tempo para a organização e implementação de um plano para mitigar seus efeitos é curto.

FASE 6 – Pandemia, caracterizada por surtos em outros países além daqueles identificados na Fase 5.

As seis fases da OMS



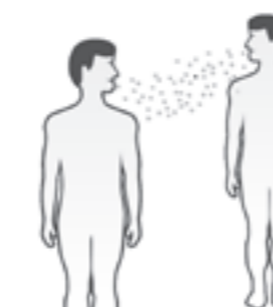
Como o vírus H1N1 pode se converter em um problema

VERSÃO DE ORIGEM DO VÍRUS

Em sua forma original, o vírus infecta apenas suínos.



TRANSMISSÃO
Ainda nos porcos, o vírus interage com outros, criando um novo tipo capaz de infectar humanos.



CONTÁGIO ENTRE HUMANOS

Com a mutação o vírus ganhou a rara capacidade de ser transmitido entre humanos pelas vias aéreas (nariz e boca). Esse fato fez a OMS alertar a população para o risco de pandemia.



GRIPE FORTE

Esse vírus, desconhecido do ser humano, provoca gripe forte que pode ser letal. As primeiras contaminações devem ter ocorrido em humanos que tiveram contato direto com animais.

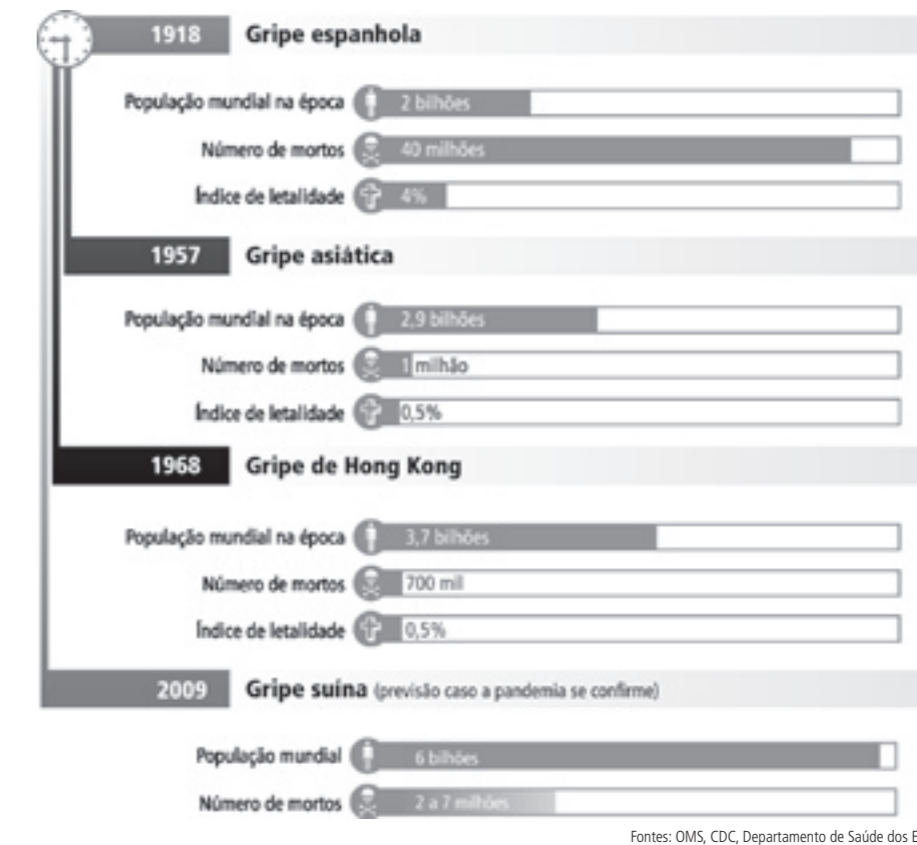
MIGRAÇÃO

O vírus tem um período de incubação de até dez dias, período em que a pessoa não apresenta sintomas, mas transmite a doença. Isso dificulta o controle de viajantes, tornando-os potenciais disseminadores do vírus mundo afora.



Gripes pandêmicas na história do mundo

Pandemias de gripe não são novidade na história da Humanidade, veja abaixo algumas das crises que assolaram o mundo no século passado e as consequências de cada uma delas.



Vírus já prejudica exportações do México e pode afetar vendas nacionais

Por conta do surto de gripe, a exportação de carne suína pelo México e pelos Estados Unidos já sofreu restrições de países como Rússia e China. A possibilidade de a crise afetar as vendas e o consumo interno no Brasil já preocupa senadores ligados aos produtores agrícolas, como Raimundo Colombo (DEM-SC), João Tenório (PSDB-AL) e Osmar Dias (PDT-PR).

Nesta terça-feira, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária vai fazer uma reunião extraordinária para discutir a situação da suinocultura no país. A sugestão foi de Raimundo Colombo.

Como aconteceu com a gripe aviária, que derrubou o consumo de carne de frango, os senadores esperam uma retração nas vendas no mercado nacional. Por isso, defendem uma ampla campanha de esclarecimento para que as pessoas saibam que o consumo da carne de porco não tem relação com a gripe suína.

Apesar de, em um primeiro momento, o Brasil se beneficiar da restrição a outros produtores, Osmar Dias acredita que o impacto será grande, inclusive no setor de grãos, matéria-prima da ração para

porcos. Porém, se o Brasil mantiver a doença sob controle, afirma o parlamentar, poderá até conquistar novos mercados.

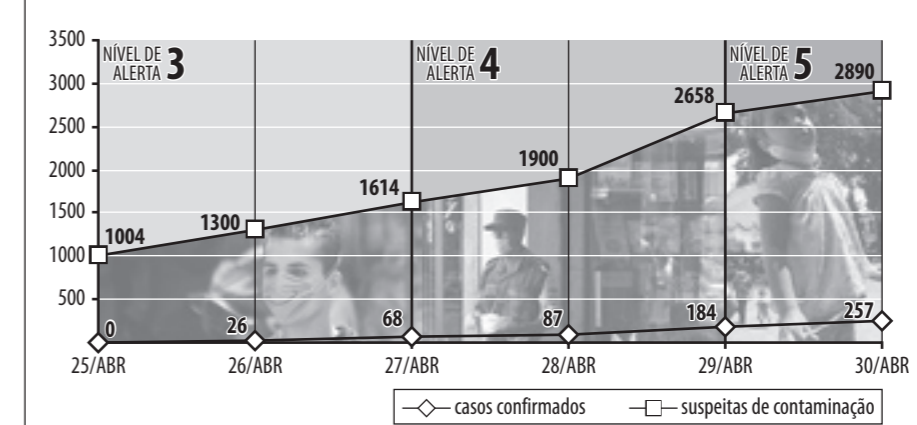
– O dano ao mercado é fruto de informação equivocada, de uma irracionalidade. É importante manter a confiança nos agentes públicos – sugere o senador e médico Tião Viana.

Outro benefício que o controle da epidemia pode trazer, segundo a senadora Rosalba Ciarlini, é o aumento do turismo.

Na semana passada, a Organização Mundial da Saúde Animal (OIE) divulgou nota condenando o uso do termo “gripe suína” para a doença. A Organização Mundial da Saúde já sugeriu que a gripe seja chamada de “influenza A”. “Mais lógico seria nomear a doença pela área geográfica, ou seja, de influenza norte-americana”, sugere a OIE.

Segundo as autoridades veterinárias, não há confirmação da doença em porcos, e sacrificar os animais agora seria injustificável. Porém, caso haja infecção de rebanhos, a OIE defende a vacinação em massa para que não seja agravada a situação da saúde pública mundial.

A evolução da epidemia dia a dia



Como prevenir a doença

- ✓ Evite contato com pessoas que aparentem estar gripadas, com febre ou tosse.
- ✓ Lave bem as mãos com frequência.
- ✓ Mantenha bons hábitos de saúde, que incluem sono, nutrição e atividade física adequadas.

Se houver uma pessoa doente em casa

- ✓ Mantenha-a em um local separado da casa ou ao menos a um metro de distância das demais.
- ✓ Cubra nariz e boca quando estiver lidando com a pessoa doente. Máscaras estão disponíveis em farmácias e, depois de usadas, devem ser jogadas em lixo apropriado.
- ✓ Lave bem as mãos após cada contato com a pessoa doente.
- ✓ Evite levar a mão aos olhos, ao nariz ou à boca.
- ✓ Aumente a circulação de ar onde a pessoa doente estiver.
- ✓ Mantenha o ambiente limpo e, se possível, desinfetado.

O que deve ser feito se uma pessoa que esteve em área de risco suspeita que está doente

- ✓ Fique em casa, longe do trabalho, da escola ou de locais onde se concentram pessoas (transporte público, áreas com grande trânsito de pessoas).
- ✓ Descanse e durma bastante e tome muito líquido.
- ✓ Cubra o nariz e a boca com lenços de papel quando tossir ou espirrar. Jogue os lenços no lixo.
- ✓ Lave bem as mãos com frequência, especialmente depois de espirrar ou tossir.
- ✓ Informe a família e amigos sobre sua doença e procure ajuda para tarefas de casa que requeiram contato com outras pessoas, como ir ao supermercado.
- ✓ Procure um médico antes de viajar para avaliar os sintomas.
- ✓ Ao chegar de viagem, caso não seja possível entrar em contato com um médico, procure um agente de vigilância sanitária no aeroporto.
- ✓ Cubra nariz e boca durante a viagem, preferencialmente com uma máscara.

comissões

Tarso Genro nega viés político na atuação da PF

Ministro da Justiça afirmou à CCJ que o total de inquiridos na Operação Castelo de Areia, com relação a políticos e partidos, não chega a 2%

O ministro da Justiça, Tarso Genro, negou em audiência pública na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a existência de qualquer viés político na Operação Castelo de Areia, da Polícia Federal, que investiga denúncias de crimes financeiros que teriam sido cometidos por diretores da construtora Camargo Corrêa. A prova, observou, é que o total dos inquiridos com relação a políticos e a partidos não chega a 2%.

Durante a audiência, o senador José Agripino (DEM-RN) ques-

tionou o ministro sobre suposto vazamento de informações do inquirido, em que o parlamentar é citado como beneficiário de doações irregulares para campanha eleitoral.

Agripino lembrou que, tão logo soube do vazamento das informações, apresentou documentos comprovando a legalidade das doações. Mas reconheceu que, mesmo inocente, o episódio causou pesadas perdas para a sua imagem. Ele exigiu respostas sobre os responsáveis pela divulgação de detalhes das in-

vestigações.

Luiz Fernando Corrêa, diretor-geral da PF, disse que as informações vazaram em decorrência do fim de segredo de Justiça no tocante ao processo.

– A indignação do senador José Agripino também é nossa – resumiu.

Tasso Jereissati (PSDB-CE) criticou a exposição pública de pessoas presas pela Polícia Federal, com o que Tarso Genro concordou, condenando o que chamou de “prisões-espetáculo” da PF.



Em reunião presidida por Flávio Arns (D), Haddad diz que metas relacionadas ao Plano Nacional de Educação têm sido cumpridas “rigorosamente em dia”

Ministro anuncia pré-escola em todo o país até 2014

O Brasil poderá atingir a universalização da pré-escola até 2014, anunciou o ministro da Educação, Fernando Haddad, em audiência na Comissão de Educação. Ao apresentar os resultados do trabalho de sua pasta, o ministro avaliou que todas as metas anunciadas em 2007 relacionadas ao Plano Nacional de Educação têm sido cumpridas “rigorosamente em dia”.

– Está tudo sendo cumprido: construir 500 escolas e creches ao ano; formar 10 mil mestres e doutores ao ano; dobrar o número de vagas nas universidades federais; entregar as cem primeiras das 214 novas escolas técnicas prometidas

para 2010; e implantar o piso nacional para o professor, que entrará em vigor a partir de janeiro de 2010.

Haddad destacou ainda a proposta de emenda à Constituição (PEC 277/08) que determina o fim da Desvinculação das Receitas da União (DRU) na educação, medida que hoje permite ao governo federal aplicar livremente 20% dos recursos destinados ao setor.

O ministro salientou a existência de compromisso do Ministério do Planejamento de que a redução da DRU de 20% para 12,5% em 2009, prevista pela PEC, será retroativa a janeiro de 2009, o que garantirá o cumprimento das metas.

Senadores admitem investimento estrangeiro no ensino superior

O aporte de capital estrangeiro em instituições privadas de ensino superior do país foi bem recebido pelos senadores que debateram o assunto na Comissão de Educação. Cristovam Buarque (PDT-DF) disse não ter preconceito sobre a origem dos recursos: se vêm do Estado ou do setor privado brasileiro ou estrangeiro. Para ele, o que importa são os princípios que irão nortear sua aplicação.

– É preciso um marco regulatório para a educação superior, mas também uma reforma universitária e a manutenção do Reuni [Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais] – afirmou.

Rosalba Ciarlini (DEM-RN)

disse ser a favor de investimentos estrangeiros no ensino superior se houver essa regulação e se reverterem os recursos na ampliação da oferta de vagas e bolsas de estudo para alunos carentes.

– O Ministério da Educação também tem que fazer um acompanhamento das necessidades dos cursos universitários do país e adequá-los às demandas do mercado de trabalho – acrescentou a senadora.

Roberto Cavalcanti (PRB-PB) assinalou que o importante a observar é o interesse na origem dos recursos. Para Wellington Salgado (PMDB-MG), não faz muita diferença se a limitação para o ingresso de capital estrangeiro na educação superior será igual ou superior a 30%.



Tarso Genro também condenou o que chamou de “prisões-espetáculo”, que expõem as pessoas, feitas pela Polícia Federal

Vanucci defende maioria aos 18 anos

O ministro da Secretaria de Direitos Humanos, Paulo Vanucci, discutiu, na quinta-feira, com o presidente do Senado, José Sarney, os projetos por ele considerados prioritários para o Brasil atender a demandas em defesa da criança, do adolescente, do idoso, das pessoas portadoras de deficiência e de combate ao trabalho escravo. Ao sair do encontro, Vanucci disse que o Legislativo “não pode reduzir a maioria penal”.

– Sou contra a redução da maioria penal. Todo o enfo-

que nacional e internacional de direitos humanos é contra essa redução. O pacto que existe hoje entre os criminosos de jogar homicídios nas costas de quem não tem 18 anos será repassado para os de menor idade, para os de 14, 13 anos. Daqui a pouco, nós estaremos condenando crianças com menos de 12 anos – afirmou o ministro.

Ele observou que a Câmara acaba de aprovar projeto criando o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, que, no seu entender, finalmente prevê

a aplicação das medidas educativas que faltaram ao Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). O ministro disse que é preciso manter a filosofia do estatuto, que é vitoriosa, mas que é preciso dar ao ECA o que sempre lhe faltou.

– Que sejam criadas casas com 50 crianças, que funcionem como escolas e oficinas de formação profissional, para que, ao final, esses meninos sejam recebidos pela sociedade, ao contrário do sistema Febem, que os preparava para a carreira criminal.

agora é lei

Pena para sequestro-relâmpago pode chegar a 30 anos

A partir de agora, a punição para o crime de sequestro-relâmpago pode chegar a 30 anos de prisão – mesmo tratamento que é dado ao crime hediondo –, no caso de morte da vítima, de acordo com a Lei 11.923/09, sancionada pelo presidente Lula. Apresentada em 2004 pelo ex-

senador Rodolpho Tourinho, a versão original do projeto foi alterada na Câmara dos Deputados pelo relator Marcelo Itagiba. Por isso, foi novamente submetida ao exame do Senado. A proposta, que tramitou no Congresso durante cinco anos, estabelece que o crime de sequestro com

lesão corporal grave poderá ser punido com até 24 anos de prisão. O sequestro-relâmpago na forma mais branda poderá levar à prisão de seis a 12 anos.

Até agora, apesar dos traumas causados nas vítimas, dos danos econômicos e do grave potencial ofensivo, o sequestro-relâmpago

era enquadrado apenas como simples extorsão de dinheiro ou outras tipificações leves previstas no Código Penal. Com a nova legislação, passou a ser considerado crime de extorsão (artigo 158 do Código Penal), mas também tipificado como “extorsão mediante a restrição

da liberdade da vítima”.

Nos últimos anos, houve um aumento vertiginoso de sequestros-relâmpago em São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. Até Brasília, considerada uma das cidades mais seguras do país, registrou forte crescimento desse tipo de delito.

relações exteriores

Venezuela fortalece bloco continental, diz Amorim

Pela importância econômica e estratégica do país, a entrada da Venezuela no Mercosul pode ajudar a tornar o bloco o motor da integração sul-americana. A opinião é do ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, manifestada em debate sobre o assunto na quinta-feira, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Para ele, atrasos nesse processo podem diminuir o clima favorável ao ingresso do país no bloco.

Celso Amorim narrou que o presidente venezuelano quer enviar uma missão ao Brasil, em 19 e 20 de maio, para negociar pendências sobre a adesão. O chanceler afirmou que o Brasil pretende ampliar as exportações para aquele país, sem prejudicar a industrialização venezuelana.

Em 2008, a Venezuela foi o segundo destino das exportações brasileiras na América do Sul, com crescimento de 550% desde 2002. Com produto interno bruto (PIB) de US\$ 330 bilhões em

2008, a Venezuela importa 75% dos alimentos que consome e tem a sexta reserva de petróleo e a nona de gás natural do mundo.

O fato de as regiões Norte e Nordeste serem as que mais exportam para o país vizinho foi um dos pontos destacados pelo governador de Roraima, José de Anchieta Júnior, em favor da adesão da Venezuela. Para ele, Roraima e Amazonas, que fazem fronteira com o país, terão suas economias beneficiadas.

– Evitar a inserção da Venezuela no Mercosul é um retrocesso e vai inibir o processo de integração comercial – previu.

Tanto a Câmara quanto a Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul já concordaram com a adesão da Venezuela ao Mercosul. O protocolo também já foi ratificado pelos congressos da Argentina, do Uruguai e da própria Venezuela. A confirmação depende, agora, do Congresso do Paraguai e do Senado brasileiro.



Aos senadores da CRE, Amorim ponderou que a demora na adesão da Venezuela ao Mercosul diminuiu clima favorável à consolidação da integração

Para Collor, Chávez não segue princípios da democracia

O senador Fernando Collor (PTB-AL) se manifestou contrário ao ingresso da Venezuela no Mercosul. Para ele, princípios básicos de democracia não são seguidos pelo país.

– Não se pode dissociar o país e sua liderança, como não se separam as funções de chefia de Estado e chefia de governo. Reitero que o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, luta por um projeto político próprio, que vai frontalmente contra o perfil de atuação externa do Brasil, que busca a paz, a integração e o não confronto – afirmou.

Collor lembrou declarações de Chávez de que o Mercosul e a comunidade andina “nasceram dentro do neoliberalismo e constituem integração de elite e de transnacionais”.

Para o senador, a adesão da Venezuela pode trazer “graves fissuras” ao Mercosul, por conta “da falta de comedimento de seu presidente”.

Parlamentares defendem ampliação do bloco

Senadores da base do governo e da oposição se pronunciaram sobre o ingresso da Venezuela no bloco econômico. Parlamentares do PSDB expressaram preocupação com os rumos políticos de Chávez. Arthur Virgílio (AM) ressaltou questões geopolíticas relacionadas a alianças do venezuelano no plano internacional.

Para Renato Casagrande (PSB-ES), “ninguém tem dúvida” de que a Venezuela no Mercosul seria bom, por ser a terceira força econômica do continente. Aloizio Mercadante (PT-SP) afirma que a ampliação do Mercosul é um salto na integração latino-americana. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) avalia que os fatores que unem os países latino-americanos são mais fortes que os que os separam.

Em Plenário, o senador João Pedro (PT-AM) defendeu o ingresso da Venezuela no bloco, não só por razões culturais, mas também econômicas.



Marisa Serrano, José Nery, Mercadante e Geraldo Mesquita (de costas), durante a reunião do Parlamento em Montevideu

Parlasul: Brasil terá 75 representantes

Critério de proporcionalidade prevaleceu na decisão do Parlamento do Mercosul. Argentina terá 43 representantes; Paraguai e Uruguai, 18 cada um

O Parlamento do Mercosul aprovou na semana passada o critério de proporcionalidade para a eleição de representantes dos países do bloco. O Brasil deverá eleger, na fase de transição, 37 parlamentares em 2010, caso essa eleição seja regulamentada pelo Congresso Nacional até o final de setembro. Em 2014, deverão ser eleitos os 75 representantes a que o Brasil terá direito.

A Argentina deverá escolher 26 parlamentares em 2011 e 43 ao final da transição. Paraguai e Uruguai manterão as suas bancadas atuais, de 18 parlamentares cada um.

– Brasil e Argentina abdicaram, nessa etapa, do direito de eleger todos os representantes a que teriam direito. Em um momento de crise econômica, demonstramos um compromisso de austeridade, com redução de despesas, para

que nosso parlamento nasça com legitimidade – afirmou o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), presidente da Representação Brasileira.

Os paraguaios aceitaram o estabelecimento do critério de representatividade em troca da ampliação dos poderes do Tribunal Permanente de Revisão do Mercosul e do compromisso pela criação do tribunal de Justiça do bloco.

Tribunal e maiores atribuições figuram no acordo

O principal ponto do acordo fechado na semana passada está no primeiro artigo, pelo qual a proporcionalidade, a criação do Tribunal de Justiça e a ampliação das atuais atribuições do Tribunal Permanente de Revisão devem ser articuladas de forma simultânea.

Dessa forma, procurou-se evitar

que o atendimento à principal proposta brasileira – bancadas maiores para países mais populosos – ocorresse sem levar em conta a reivindicação paraguaia de fortalecimento da esfera judicial. Com isso, os paraguaios pretendem garantir aos países menores uma possibilidade de recurso para solução de controvérsias.

A ampliação das competências do Parlamento do Mercosul ocorrerá de modo a facilitar uma “evolução progressiva de suas faculdades legislativas e de controle”. Entre essas atribuições, deverá figurar a de emitir opinião sobre tratados de adesão de novos membros e outros acordos internacionais.

homenagem

Senado celebra 90 anos de criação da OIT

Os princípios que nortearam a criação da Organização Internacional do Trabalho (OIT), em 1919, serviram de base para a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Carta das Nações Unidas. A afirmação foi feita pelo vice-presidente do Senado, Marconi Perillo (PSDB-GO), ao abrir sessão especial em comemoração aos 90 anos da entidade, realizada na quinta-feira.

Ao analisar o papel da OIT, o senador Aloizio Mercadante (PT-SP), autor do requerimento propondo a homenagem, disse que a criação da organização foi “a única coisa positiva” contida no Tratado de Versalhes. Esse tratado foi o resultado da Conferência de Paz feita após a 1ª Guerra Mundial, a qual, na opinião de Mercadante, “acabou contribuindo para conduzir o mundo a uma nova grande guerra”.

A liberdade de expressão e de associação foi um dos princípios que nortearam a criação da OIT, destacados por Marconi e Mercadante. Já os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e Adelmir Santana (DEM-DF) enfatizaram o papel da organização na

defesa da melhoria das relações de trabalho.

Durante a sessão, diversos parlamentares manifestaram preocupação com a situação dos trabalhadores diante da crise econômica mundial. O lema que norteou a criação da OIT (“A paz permanente somente pode ser alcançada se baseada na justiça social”) foi lembrado pelo senador Jefferson Praia (PDT-AM).

Mercadante afirmou que, em maio de 2006, o Brasil lançou a Agenda Nacional de Trabalho Decente, seguindo memorando de entendimento assinado em junho de 2003 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e pelo diretor-geral da OIT, Juan Somavia.

– A agenda define três prioridades nacionais: a geração de mais e melhores empregos, com igualdade de oportunidades e de tratamento; a erradicação do trabalho escravo e a eliminação do trabalho infantil, em especial em suas piores formas; e o fortalecimento dos atores tripartites e do diálogo social como um instrumento de governabilidade democrática – informou Mercadante.

democracia

Pedro Simon propõe medidas anticorrupção

Para reduzir a impunidade no país, senador sugere o financiamento público das campanhas e a proibição da candidatura eleitoral dos “ficha-suja”

Reclamando da impunidade reinante no país, o senador Pedro Simon (PMDB-RS) defendeu na quinta-feira a não participação de candidatos com ficha suja nas eleições e a adoção do financiamento público das campanhas políticas.

– Será que uma empreiteira dá R\$ 100 mil, R\$ 200 mil, R\$ 500 mil para um candidato porque ele é amigo, ou porque está plantando para colher depois? – indagou.

Cristovam Buarque (PDT-DF), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) apoiaram o pronunciamento. Cristovam considerou uma tarefa intrincada a implementação das propostas de Simon e Antônio Carlos Valadares defendeu a



Pedro Simon pergunta: “Será que uma empreiteira financia um candidato porque ele é amigo ou porque está plantando para colher depois?”

definição de limites a privilégios que são concedidos não somente a deputados e senadores, mas também a servidores do Congresso.

Já Arthur Virgílio (PSDB-AM) concordou que há gasto excessivo

de tempo dos parlamentares com discussões de menor importância e alertou que o Congresso precisa dar respostas e se reinventar após a crise que atravessa, porque “não se conhece democracia que sobreviva sem Congresso”.

Sarney pede ajuda para o Maranhão

O presidente do Senado, José Sarney, informou que na última quinta-feira a governadora do Maranhão, Roseana Sarney, havia decretado estado de calamidade pública por causa das chuvas que causaram a morte de cinco pessoas e levaram 27 municípios a situação de emergência. O senador fez um apelo à população e ao governo federal para que ajudem os mais de 100 mil desabrigados. Sarney informou que as enchentes estão destruindo estradas e cidades do Maranhão, o que obrigou a governadora a decretar calamidade pública não apenas nas áreas atingidas, mas em todo o estado.

Mário Couto defende PEC que acaba com o voto secreto

Mário Couto (PSDB-PA) fez um apelo ao presidente do Senado, José Sarney, para que ponha na pauta de votações a proposta de emenda à Constituição que acaba com o voto secreto no Congresso.

O senador manifestou o seu desejo de que a análise dos vetos presidenciais, marcada para o dia 13 de maio, já fosse feita

sob as novas regras, mas a PEC 50/06, depois de aprovada no Senado, ainda precisa tramitar na Câmara dos Deputados.

Os senadores Romeu Tuma (PTB-SP), Paulo Paim (PT-RS) e Expedito Júnior (PR-RO) manifestaram apoio ao discurso de Mário Couto, afirmando que os cidadãos têm o direito de saber como vota cada parlamentar.

Suplicy estuda apresentar projeto sobre divulgação de salários

A possibilidade de apresentar um projeto para obrigar as empresas e os governos a divulgarem os salários de seus empregados está sendo estudada por Eduardo Suplicy (PT-SP).

O senador aplaudiu a decisão da companhia siderúrgica Usiminas de divulgar os sa-

lários de seus diretores e leu trechos de uma entrevista do seu presidente, Marco Antônio Castello Branco, à revista *IstoÉ Dinheiro*, na qual ele afirma que “o capitalismo exige que informações relevantes sejam públicas”, lembrando que se trata de uma companhia que tem 66 mil acionistas.

Renan anuncia investimentos privados de R\$ 1 bi em Alagoas

Renan Calheiros (PMDB-AL) relatou encontro que teve na semana passada com o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, para tratar do projeto Serrote da Laje, segundo ele, “o maior investimento privado da história de Alagoas”. O senador esteve acompanhado do prefeito do município alagoano de Arapiraca, Luciano Barbosa, e pelo empresário Carlos Bertoni, da mineradora Vale Verde.

De acordo com Renan, o projeto, da mineradora Vale Verde, fez um mapeamento geológico do estado e confirmou a existên-

tência de jazidas expressivas de cobre e ferro. O Serrote da Laje, que prevê investimentos de R\$ 1 bilhão, deverá abranger pelo menos 15 municípios com uma mina a céu aberto e plantas de beneficiamento que devem processar mais de 40 mil toneladas/dia de minério e gerar mais de 2 mil empregos diretos.

Renan também disse que o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) cancelou pela quarta vez o edital de licitação para a obra de duplicação da BR-101 em Alagoas.

Raupp: obra de usinas gera 50 mil empregos

A construção das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no trecho do rio Madeira localizado em Rondônia deve gerar cerca de 20 mil empregos diretos e 30 mil indiretos, declarou Valdir Raupp (PMDB-RO). O senador também destacou que o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego, indicou a criação, em março passado, de 1.299 empregos com carteira assinada no estado, sendo que, desse total, 1.039 tiveram origem no setor de construção civil.

Execução do PAC está lenta, diz Azeredo

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) criticou o governo federal “por executar apenas pequena parcela das obras de infraestrutura previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)”. Na avaliação do senador, o ritmo de implementação dos projetos incluídos no programa “é simplesmente ridículo”.

– Se nós formos olhar o que o governo está efetivamente aplicando na construção de novos portos, na melhoria dos aeroportos, nas nossas estradas, é realmente lamentável – disse.

Expedito Júnior elogia harmonia entre os Poderes em Rondônia

A harmonia impera entre os três Poderes do estado de Rondônia, afirmou Expedito Júnior (PR-RO). Segundo o senador, um dos responsáveis por isso é o atual presidente da assembleia legislativa do estado, deputado Neodi Carlos (PSDC).

– O Legislativo de Rondônia, hoje, serve de exemplo. Talvez tenha sido o primeiro a devolver dinheiro. Eles economizaram

cerca de R\$ 60 milhões para os cofres públicos – assinalou.

Expedito disse ainda que o governador Ivo Cassol solidariizou-se com os prefeitos, tendo feito obras que auxiliam os municípios. “Cassol também vai entregar o governo com todos os municípios ligados por estradas asfaltadas, embora o asfaltamento seja de responsabilidade do governo federal”, afirmou.

homenagem

Senadores destacam luta de dom Helder pelos direitos humanos e contra a ditadura

O centenário de nascimento de dom Helder Câmara – arcebispo de Olinda e Recife e um dos fundadores da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), falecido em 1999 – recebeu homenagem do Plenário na última terça-feira. A sessão foi pedida por Inácio Arruda (PCdoB) e Tasso Jereissati (PSDB) – ambos do Ceará – e por Cristovam Buarque (PDT-DF).

Dom Helder nasceu em Fortaleza, no dia 7 de fevereiro. Sua trajetória, e principalmente sua luta pelos direitos humanos e contra a ditadura militar, foi lembrada pelos parlamentares que participaram da sessão, entre eles os autores do requerimento da homenagem e também Mão Santa (PMDB-PI), Pedro Simon (PMDB-RS), Flávio Arns (PT-PR), Marco Maciel (DEM-PE),

Eduardo Suplicy (PT-SP), José Nery (PSOL-PA), José Agripino (DEM-RN), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Marconi Perillo (PSDB-GO), o presidente da Casa, José Sarney, e os líderes do PSDB, Arthur Virgílio (AM), e do PSB, Renato Casagrande (ES).

Faz ainda parte das homena-

gens ao centenário do bispo a exposição *Dom Helder Câmara: memória e profecia no seu centenário – 1909/2009*, no Salão Branco da Casa, que permanecerá em cartaz até 14 de maio, e o relançamento pelo Conselho Editorial do Senado do livro *Dom Helder: O artesão da paz*.

Antes de alguns senadores, junto com o arcebispo emérito de Brasília dom José Freire Fal-

ção e a sobrinha de dom Helder, Myrna Câmara, cortarem a fita e inaugurarem a exposição, o ator Murilo Grossi leu um poema de autoria do homenageado: *Sonhei que o Papa enlouquecia*.

Foi apresentado no Auditório Petrônio Portella, do Senado, o documentário *Dom Helder Câmara: o santo rebelde*, da diretora Erika Bauer, que mostra a trajetória do arcebispo.

institucional

Senado abre sindicâncias para investigar ex-diretor

Denúncias de que João Carlos Zoghbi teria intermediado empréstimos consignados deverão ser apuradas em 30 dias

O Senado abriu duas sindicâncias para apurar o possível envolvimento do ex-diretor de Recursos Humanos da Casa João Carlos Zoghbi em irregularidades denunciadas pela imprensa. A informação é do 1º Secretário da Mesa diretora, Heráclito Fortes (DEM-PI). No primeiro processo será investigado se Zoghbi teria recebido dinheiro do Banco Cruzeiro do Sul para incluir a instituição entre os bancos que oferecem empréstimos consignados aos servidores do Senado. A segunda sindicância apurará se parentes de Zoghbi ocuparam irregularmente apartamento funcional.

O prazo de encerramento das sindicâncias é de 30 dias, prorrogáveis pelo mesmo período. Caso o ex-diretor seja considerado culpado, poderá sofrer processo administrativo. Se ao longo dos

processos forem identificados crimes, o servidor também ficará passível de denúncia por parte do Ministério Público. A pena de demissão, de acordo com a Lei 8.112, é aplicada em casos de crime contra a administração pública, improbidade administrativa, aplicação irregular de dinheiros públicos, lesão aos cofres públicos e dilapidação do patrimônio nacional e corrupção.

Segundo noticiou a revista *Época*, o Cruzeiro do Sul teria enfrentado, em 2007, uma complicada negociação para renovar seu contrato com o Senado. Foi aí que o banco teria contratado a empresa Contact, que está em nome de Maria Izabel Gomes, uma senhora de 83 anos, ex-babá de Zoghbi, para lhe prestar assessoria. O próprio Zoghbi afirma que a empresa pertence a seus filhos e que teria sido colocada

“em nome da minha mãe-preta” [Maria Izabel]. O jornal *Correio Braziliense* denunciou em março que Zoghbi teria recebido, em 1999, um imóvel funcional do Senado, cedido aos filhos enquanto morava numa casa no Lago Sul.

Até que sejam concluídas as investigações, o presidente José Sarney determinou a suspensão das operações de crédito consignado com o Cruzeiro do Sul.

Tasso Jereissati (PSDB-CE), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Mão Santa (PMDB-PI) e Demostenes Torres (DEM-GO) recomendaram que o Senado recorra à Polícia Federal para apurar os fatos. Já o corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), sugeriu que se busque o procurador-geral da República e o Ministério Público para dar seguimento às investigações.

ACUSAÇÃO

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PTB-SP), solicitou a integral dos depoimentos de Marcos Vinícius Andrade, ex-assessor do senador Gerson Camata (PMDB-ES), à Procuradoria Geral de Justiça do Espírito Santo. Andrade acusou o senador de mau uso de verbas públicas e de receber dinheiro de uma empreiteira encarregada de construir uma ponte em Vitória. No dia 20 de abril, Gerson Camata afirmou em Plenário que todas as acusações são falsas e apresentou documentos para comprovar sua inocência.

TESE SOBRE MÍDIA

A tese de doutorado “Media de source: um nouvel acteur sur la scène journalistique brésilienne” (Mídia das fontes – um novo ator no cenário jornalístico brasileiro), defendida pelo servidor do Senado Francisco Santana na Universidade de Rennes 1, acaba de ser editada em livro pelo Senado francês. Mais informações sobre o trabalho acadêmico podem ser encontradas no endereço <http://chicosantanaeainfocom.blogspot.com/>

WWW.SENADO.GOV.BR/AGENCIA



Entrou no ar na segunda-feira a nova versão do site da Agência Senado. O objetivo da mudança é permitir ao internauta um acesso mais fácil às notícias, por meio de um layout mais limpo e agradável. Entre os novos recursos, há um link para a procura de projetos em tramitação junto à tradicional busca de notícias. O redesenho da página é um primeiro passo para inserir uma variedade cada vez maior de reportagens, fotografias e textos didáticos sobre temas legislativos, atendendo à demanda crescente daqueles que usam o material jornalístico da Agência.

presidência



O deputado Vicentinho (PT-SP) e o representante da Coordenação Nacional de Entidades Negras, Marcos Cardoso, foram recebidos na quarta-feira pelo presidente do Senado, José Sarney, a quem pediram apoio para os projetos que estabelecem cotas raciais nas universidades públicas (PLC 180/08) e o que cria o Estatuto da Igualdade Racial (PLC 6.264/05).

À saída do encontro, Vicentinho disse que conversaram também sobre a exclusão que o Brasil faz contra as pessoas que não conseguem exercer o direito de voto.

— O presidente Sarney se mostrou muito sensível a essa causa. O que pretendemos é que o Legislativo mostre ao Brasil coisas boas, como a inclusão de todos — afirmou Vicentinho.

O parlamentar e Marcos Cardoso assinalaram que os movimentos em defesa da inclusão sabem que Sarney não tem poderes para fazer a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovar logo o projeto das cotas. Observaram, no entanto, que Sarney pode levar aos integrantes do colegiado uma mensagem sobre a importância dessa iniciativa.

Sarney propôs cotas raciais em 1999

José Sarney também foi autor de um projeto disponível sobre ações afirmativas para a população negra do país. A proposta do senador previa cotas raciais no acesso a cargos e empregos públicos, à educação superior e ao financiamento estudantil.

Aprovado pelo Senado em 2002, a proposta (PLS 650/99) foi enviada à Câmara, que acabou por arquivá-la. Ao justificar a apresentação do projeto, Sarney apontava para a rara presença de pessoas negras nas universidades brasileiras.

ABERT CONVIDA PRESIDENTE A ABRIR ENCONTRO DO SETOR

A Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert) convidou na terça-feira o presidente do Senado, José Sarney, para participar da abertura do 25º congresso que a instituição realiza de 19 a 21 de maio, em Brasília. No encontro, 1.300 empresários e profissionais do setor discutirão o ambiente econômico, a evolução tecnológica, a implantação da TV digital e a definição do rádio digital, e outros temas.

CRISE ECONÔMICA

O Norte e o Nordeste são as regiões brasileiras mais afetadas pela crise, segundo análise entregue na quarta-feira ao presidente do Senado, José Sarney, pelo presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Marcio Pochmann. O estudo demonstra que a crise é mais grave no interior e que, no último trimestre, suavizou no Sul, Sudeste e Centro-Oeste.

APOIO À PACIFICAÇÃO

José Sarney recebeu na quarta-feira a visita da senadora colombiana Piedad Córdoba, que esteve no Congresso para agradecer o apoio do Parlamento brasileiro ao esforço de pacificação de seu país com a guerrilha. Aos jornalistas, ela disse ter pedido a Sarney que convença o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a atuar mais ativamente no diálogo com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretária: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral do Senado: José Alexandre Lima Gazineo
Secretária-Geral da Mesa: Claudiana Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes
Chefia de Reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Marco Antonio Reis e Raíssa Abreu

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e da Secretaria Jornal do Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Rafael Faria e Suely Bastos
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.
Diagramação: Bruno Bazílio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sérgio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
 Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

resenha

História da investigação matemática no país

Professor paranaense relata, em texto fluido e de fácil leitura, a história de vários pesquisadores de Matemática brasileiros

Há cinco anos comemoramos o Dia Nacional da Matemática em 6 de maio. A data foi escolhida em homenagem ao dia do nascimento – em 1895 – do matemático carioca Júlio César de Melo e Sousa, conhecido internacionalmente pelo heterônimo Malba Tahan, o escritor da obra-prima *O homem que calculava*.

Apesar da fama de Malba Tahan, a Matemática, como pesquisa avançada, iniciou-se no país cerca de meio século antes de seu nascimento, com o maranhense Joaquim Gomes de Sousa.

Gomes de Sousa, estudante

da então Escola Militar – atual Escola de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro –, obteve o grau de doutor em Matemática em 14 de outubro de 1848, aos 19 anos de idade. Iniciava-se a pesquisa matemática no Brasil.

A história desse gênio e de outras dezenas de grandes pesquisadores de Matemática brasileiros é narrada no livro *Início e consolidação da pesquisa matemática no Brasil*, de Clóvis Pereira da Silva, volume 98 das Edições do Senado.

Decerto a maior autoridade brasileira no estudo da história da Matemática no Brasil, o professor paranaense Pereira da

Silva, doutor em Ciências pela Universidade de São Paulo, já publicou quase 150 artigos em revistas especializadas, centenas de resenhas de artigos e uma dezena de livros.

Na presente obra, sua maior qualidade é a aptidão em mesclar a pesquisa histórica de grande qualidade e a descrição dos avanços matemáticos num texto fluido e de fácil acesso, mesmo ao leigo.

Numa época em que a educação brasileira busca novos paradigmas como forma de incentivar professores a avançar em suas qualificações e de criar o prazer nos alunos pelo estudo das ciências e da matemática, o

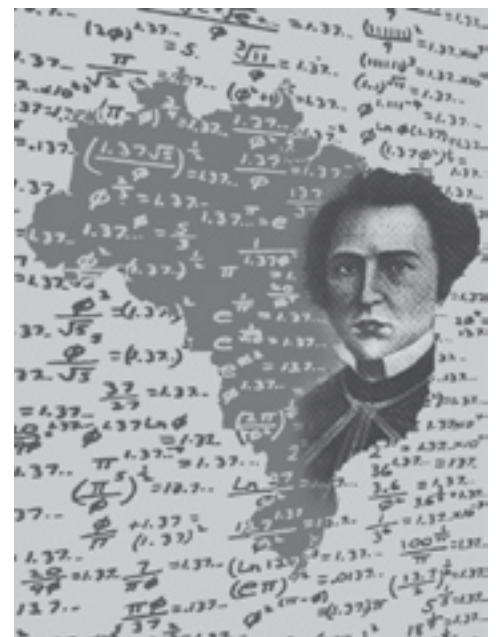
livro de Clóvis Pereira da Silva vem reforçar a importância da pesquisa matemática brasileira em contexto mundial.

Para os que desejem se aprofundar, vale acompanhar o interessante *blog* do autor, especializado em notícias matemáticas e na pesquisa da história da Matemática, em: <http://clovisps.blog.uol.com.br>.

ALEXANDRE GUIMARÃES

Consultor legislativo do Senado Federal

Esse e outros livros publicados pelo Senado podem ser adquiridos por meio da livraria virtual, no endereço www.senado.gov.br/livraria, ou pelo e-mail livros@senado.gov.br



programação

TV Senado mostra série de documentários da BBC sobre o racismo

A TV Senado exhibe, pela primeira vez no Brasil, uma série de documentários produzidos pela BBC de Londres sobre o racismo. São três programas que vão ao ar nos próximos três sábados (a partir do dia 9), às 15h30, e domingos (a partir do dia 10), às 21h.

Com produção executiva de David Okuefuna, a série registra as mudanças no conceito de raça através dos tempos e a história do racismo na Europa, nas Américas, na Oceania e na Ásia.

Episódio um – A cor do di-nheiro (sábado, 9/5, às 15h30, e domingo, 10/5, às 21h)

Esse episódio examina as atitudes prevalentes com relação às diferenças humanas nos escritos de alguns dos mais importantes filósofos e historiadores do Iluminismo. Avalia as implicações das histórias do Antigo Testamento para o desenvolvimento da ideia de raça na Europa. E mostra o desenvolvimento do racismo como resposta ao mercado transatlântico de escravos.

Episódio dois – Impactos fatais (sábado, 16/5, às 15h30, e domingo, 17/5, às 21h)

O uso de categorias raciais como conceitos científicos no século 19 é o principal foco desse episódio. O programa mostra como a cultura intelectual da Europa, à época, fornecia aos colonialistas e imperialistas uma justificativa moral e pretensamente científica para tomar novos territórios e impor seu comando. A ciência oferecia o embasamento teórico para que

os europeus impusessem seu domínio sobre outras raças. Essa pseudociência pavimentou o caminho para o “higiene racial”, uma das ideias que ajudaram a justificar vários genocídios, inclusive o Holocausto.

Episódio três – Um legado selvagem (sábado, 23/5, às 15h30, e domingo, 24/5, às 21h)

Ao trazer a história da raça e do racismo até o momento atual, o programa mostra como

alguns dos genocídios do século 20 representam uma nova fase mecanizada de matança racial. Examina as formas institucionalizadas de racismo, como o *apartheid* na África do Sul e, nos Estados Unidos, o sistema Jim Crow, que forçava a segregação racial.

Série sobre racismo

TV Senado
9/5, sábado, às 15h30
10/5, domingo, às 21h



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - EcoSenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - EcoSenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - EcoSenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - EcoSenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - EcoSenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: (55) e Manaus (57).
NET, Mais TV e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: ANTENA PARABÓLICA
Sky (canal 118), Directv (217) e Teccat (17)
UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

Sistema digital: Satélite: B1
Transponder: 1 Banda Estendida
Polarização: vertical
Frequência: 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
Antena: 3,6 m

PID - Vídeo: 1110
Áudio: 1211
PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio
Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate: 3,2143Ms/s
FEC: 3/4

Como sintonizar

FM
Brasília (DF) e regiões vizinhas - 91,7 MHz
Natal (RN) - 106,9 MHz (caráter experimental)
ONDAS CURTAS
Frequência de 5.990 kHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio dos programas Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Satélite Brasilsat B1; receptor na frequência de 4.130 MHz; polarização horizontal; transponder: 11 A2

voz do leitor

Rádios comunitárias

"Concluí que vivo em um país onde não existe democracia e ainda impera a ditadura militar, em pleno século 21. Os responsáveis pelas rádios comunitárias são tratados como marginais de alta periculosidade. As autoridades não veem que as rádios comunitárias fazem campanhas beneficentes para ajudar as famílias carentes e também promovem campeonatos para jovens, com o intuito de tirá-los do mundo das drogas. Deve ser por esse motivo que elas são perseguidas."

Márcio dos Santos da Silva, de Delmiro Gouveia (AL)

Blumenau

"A natureza pode até nos derrubar, mas jamais nos encontrará prostrados. Não estamos no apocalipse. Só passamos por um momento muito difícil. O fim é apenas o sinal de um novo recomeço. Começar de novo é a sina do blumenauense. Algumas dezenas de nós perderam suas casas, móveis e roupas, mas nossa dignidade e nossa solidariedade permanecem edificadas sobre a rocha sólida de nossa fé. Não será um monte de lama que nos fará abandonar Blumenau."

Lourival Custódio, de Blumenau (SC)

Piso dos professores

"Estou indignado com o piso salarial dos professores, já que a educação é a base para formar o cidadão. O professor forma todos os profissionais de um país, por isso merece um salário digno para que tenha uma vida confortável e realize o seu trabalho de forma mais alegre."

Flavio de Jesus Lima, de Coração de Jesus (MG)

Rodovias

"Lamentamos o descaso do Executivo com relação à BR-342. Essa rodovia liga o Espírito Santo a Minas Gerais, passando pelos

municípios de Ecoporanga e Nova Venécia, no Espírito Santo, e Ataléia, em Minas. Ressaltamos que a conclusão da rodovia será um marco para o desenvolvimento do norte do Espírito Santo, pois ainda proporcionará a ligação da BR-116, em Minas, à BR-101, no nosso estado. As obras se encontram paralisadas há mais de oito anos, sendo graves os prejuízos causados aos produtores rurais e ao meio ambiente. Esperamos que os senadores adotem as medidas cabíveis."

Valmir Souza, de Ecoporanga (ES)

Conselho tutelar

"Gostaria que os senadores estudassem com carinho a reorganização dos conselhos tutelares no nosso país. Eles trabalham para assegurar com absoluta prioridade os direitos das crianças e dos adolescentes estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente. Em minha opinião, o conselho tutelar deveria ser um órgão federal e não dependente das prefeituras, as quais, em sua maioria, não dão a mínima para esses conselhos. Assim, eles não têm como atender com primazia as vítimas de violação de direitos."

Lauro Henrique, de Buerarema (BA)

Arrocho salarial

"Esperamos que os senadores se empenhem em impedir o desejo de atraso de alguns governadores que querem manter o arrocho salarial dos professores. Melhor que fossem ver a experiência de países como a Coreia do Sul e mesmo o Chile, que pagam bem aos professores e, assim, atraem cada vez mais profissionais competentes para a área da educação. Inconstitucional é a própria qualidade do ensino público brasileiro. Aliás, o governo Lula está se esforçando para melhorar essa área, mas ainda tem gente querendo jogar 'terra' no ventilador."

Adilson da Silva Ferreira, de Seabra (BA)

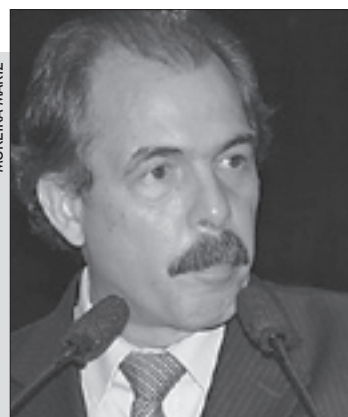
Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, Senado Federal, edifício Anexo I, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases



Não existe produtor rural *versus* meio ambiente; existe produtor rural e meio ambiente

Kátia Abreu, para quem a legislação ambiental condena os pequenos agricultores à ilegalidade.



MOREIRA MARTIZ

A questão da sustentabilidade e do desenvolvimento sustentado não é mais um problema de ambientalistas ou de ONGs, mas está batendo à porta de quem não quer enxergar

Aloizio Mercadante, pela suspensão dos desmatamentos na Amazônia até que haja uma política de proteção ao meio ambiente da região.

Aprovar o projeto de lei de conversão é premiar empresas que não pagavam impostos quando o mundo não estava em crise

Tasso Jereissati, manifestando-se contra o PLV 2/09, que anistia dívidas de até R\$ 10 mil com a Receita Federal.

Não adianta cobrar mil reais e não receber. É preferível cobrar 500 reais e poder receber

Francisco Dornelles, ao defender a anistia.

Não acredito que vivemos em um Estado policialesco, mas acredito em uma polícia política, o que é tão grave quanto

Flexa Ribeiro, para quem os vazamentos das operações da Polícia Federal só atingem políticos da oposição.

Não se contrai esta doença pelo consumo da carne suína. [...] Pode ser gripe americana, mexicana, mas suína não é

Ideli Salvatti, ao anunciar medidas preventivas do governo.

Titubeei em apresentar esse projeto por causa da reação das parcelas mais ricas da sociedade, que fazem vestibular em cada cidade.[...] O senhor teve a ousadia e a coragem de comprar essa briga

Cristovam Buarque, elogiando o vestibular unificado, anunciado pelo ministro da Educação, Fernando Haddad.

Não apreciar os vetos presidenciais é uma das causas para a perda de credibilidade do Legislativo

Garibaldi Alves, sobre decisão dos senadores de não examinar vetos na semana passada.



pergunte ao senador

Orçamento impositivo e maior participação popular

"O que está sendo feito para tornar as emendas ao Orçamento da União impositivas?"

Antônio Cleiton Brillhante Sousa, de Pentecoste (CE)



GERALDO MARELA

A senadora **Fátima Cleide (PT-RO)** responde:

Acredito que uma maior participação popular na discussão e elaboração das emendas de interesse das comunidades é mais importante do que um orçamento impositivo. Isso porque, quando uma emenda conta com respaldo da sociedade, ela tem muito mais força para sair do papel, propiciando a liberação de recursos para os estados e municípios.

Com a minha experiência, posso garantir que, no caso de emendas participativas, os riscos de contingenciamento

dos recursos são menores, já que há um apelo e uma pressão popular para a realização de programas eleitos como prioritários. O não cumprimento de metas previstas no Orçamento da União, até algum tempo atrás, era uma realidade, mas esse quadro está mudando. Em 2003, quando o presidente Lula assumiu, ainda foi um ano de dificuldades, com o contingenciamento de grande parte dos recursos previstos nas emendas. Mas é fato que, de lá para cá, esse quadro está mudando para melhor. Há problemas sim, mas por parte das prefeituras, já que muitas estão inadimplentes ou apresentam propostas que não atendem às normas estabelecidas pelos ministérios. Mesmo assim, grandes obras têm sido executadas com os recursos das emendas de parlamentares.

Hipocondria: transtorno gera sofrimento

Caracterizada como uma preocupação exagerada da pessoa com seu estado de saúde, a hipocondria é conhecida desde o século 4 a.C. Os primeiros estudos sobre esse transtorno foram realizados por Hipócrates, o pai da Medicina, que o associou à melancolia. A maioria das pessoas que sofre de hipocondria apresenta tendência a depressão e ansiedade.

Sintoma é um medo constante de adoecer

O hipocondríaco acredita que possui pelo menos uma doença física grave, progressiva e com sintomas determinados, ainda que exames laboratoriais e consultas com vários médicos assegurem que nada exista. Para Rubens Volich, psicólogo e psicanalista, autor do livro *Hipocondria: impasses da alma, desafios do corpo*, o transtorno é uma forma de o homem lidar com as dores do drama de sua existência.

Segundo o psicanalista, quando a pessoa passa a se sentir doente sem motivo, é possível entender

o problema como um pedido de atenção. Volich acrescenta que o ideal seria o médico perguntar sobre a história de vida desse paciente para descobrir, possivelmente, que as queixas nasceram de uma experiência marcante e mal resolvida.

O psicólogo relata que o termo hipocondria vem do grego *hypochondrion* – o hipocôndrio –, que reveste a cavidade gástrica, abrigando intestinos, estômago e baço. De acordo com a teoria dos humores, de Hipócrates, a hipocondria estava associada à

melancolia, considerada uma doença nervosa com origens no hipocôndrio.

Volich descreve os pacientes com sinais de hipocondria como aqueles que demonstram medo constante de adoecer, contaminar-se ou desenvolver uma doença grave. Segundo ele, a hipocondria se manifesta em 3% a 4% de todos os pacientes que procuram

um consultório, com uma leve predominância da incidência entre os homens. A manifestação do transtorno é reconhecida na adolescência e passa a ser mais

frequente a partir da quarta ou quinta década de vida.

O médico Rodrigo Marot, especialista em Psiquiatria pelo Instituto Philippe Pinel, do Rio de Janeiro, diferencia o hipocondríaco daquelas pessoas que passam por uma doença grave e, após se restabelecerem, ficam sensibilizadas com o ocorrido, preocupando-se demais. Segundo o psiquiatra, nesses casos, se uma consulta ou novo exame descartarem o recrudescimento da doença e o paciente tranquilizar-se, não se trata de hipocondria.

Transtorno pode se manifestar já na adolescência



Qualquer sinal ou dor deflagram ansiedade

- ✓ O hipocondríaco tem grande sensibilidade para identificar movimentos, sons, ruídos e outros sinais do corpo que passariam despercebidos para a maioria das pessoas.
- ✓ Dá importância demais a qualquer sinal físico ou dor, costuma ficar ansioso e temeroso.
- ✓ Tem a impressão de que qualquer dor ou desconforto é sinal de doença grave.
- ✓ Toma remédios com frequência, sem prescrição médica.

- ✓ Tem necessidade de consultar diversos médicos, apesar de vários deles terem feito o mesmo diagnóstico com base nos resultados dos exames. Geralmente anda com inúmeros exames arquivados em pastas nas suas peregrinações pelos profissionais.
- ✓ Vive com a suspeita constante de ser portador de alguma enfermidade grave.
- ✓ Tem compulsão por conversar com pessoas doentes para comparar sintomas e mal-estares.

Médicos tendem a não se interessar pelas queixas

Para os hipocondríacos, a crença de que há algo errado com o seu corpo interfere no dia a dia, causa angústia e depressão. Segundo Joel Rennó Júnior, doutor em Psiquiatria pela Universidade de São Paulo (USP), nesses casos, a doença imaginária provoca um sofrimento verdadeiro.

“Há situações em que o quadro perdura por anos devido à falta de interesse dos profissionais de saúde pelas queixas do

hipocondríaco”, afirma o médico, acrescentando que a hipocondria não é considerada doença pela Organização Mundial da Saúde (OMS), porque não apresenta um conjunto claro de sintomas.

Rennó Júnior adverte que o problema pode ser tão preocupante a ponto de hipocondríacos insistirem que estão doentes e convencerem os médicos, que cedem às queixas. Segundo o médico, a hipocondria

pode ser tratada com psicoterapia e uso de antidepressivos e ansiolíticos (tranquilizantes). O especialista deve investigar a possível concomitância com outros transtornos de ansiedade, como o pânico ou a depressão. Mas muitos hipocondríacos resistem à ideia de consultar um psiquiatra e partem para a automedicação, que pode levar a intoxicações e efeitos colaterais.

Ja a Síndrome de Munchausen é uma

doença psiquiátrica em que o paciente, de forma compulsiva, deliberada e contínua, causa, provoca ou simula sintomas de doenças, com a intenção de obter cuidados médicos e de enfermagem. A pessoa afetada exagera ou cria sintomas nela mesma para ganhar atenção, tratamento e simpatia. O paciente com Munchausen sabe que está exagerando, enquanto o hipocondríaco acredita que está doente de fato.

Teste aponta quem pode ter a doença

O teste abaixo se chama *Índice de Whiteley*. É aceito mundialmente para avaliar a possibilidade do diagnóstico de hipocondria. Na versão feita pelo médico Joel Rennó Júnior, cada resposta afirmativa vale um ponto. Quem responder sim a oito ou mais das 12 perguntas deve procurar ajuda de um psiquiatra.

- ✓ Preocupa-se o tempo todo com a possibilidade de alguma doença séria?
- ✓ Sofre de dores e sintomas variados?

- ✓ Presta muita atenção a tudo que acontece no seu corpo?
- ✓ Está muito preocupado com a saúde?
- ✓ Tem sintomas de doenças muito graves com frequência?
- ✓ Ao ser informado de alguma doença grave (pela mídia), preocupa-se com a possibilidade de adoecer?
- ✓ Quando está doente, preocupa-se e incomoda-se se alguém diz que você já está melhor?
- ✓ Está acometido com sintomas diferentes?

- ✓ Costuma até duvidar de si mesmo e buscar outras razões?
- ✓ Custa a acreditar no médico quando ele afirma que você não tem nenhuma doença?
- ✓ Tem a sensação de que as pessoas não levam a sério a sua doença?
- ✓ Tem convicção de que a sua preocupação com saúde é maior que a dos amigos?
- ✓ Acredita que há algo no seu corpo que está funcionando mal?
- ✓ Tem medo de alguma doença?

Saiba mais

Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP)
Av. Presidente Wilson, 164 – 9º andar
Rio de Janeiro (RJ) – CEP 20030-020
(21) 2199-7500
www.abpbrasil.org.br

Sociedade Brasileira de Psicologia
Rua Florêncio de Abreu, 681, sala 1.102
Ribeirão Preto (SP) – CEP 14015-060
(16) 3625-9366
www.sbponline.org.br
sbp@sbponline.org.br